



Número: **0806205-17.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **19ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **19/02/2020**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS (AUTOR)		LARISSA DE OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO)	
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64419553	15/01/2021 14:07	Contestação	Contestação
64419558	15/01/2021 14:07	2778277_CONTESTACAO_Anexo_04	Outros documentos
64419561	15/01/2021 14:07	2778277_CONTESTACAO_Anexo_05	Outros documentos

Juntada de contestação e documentos.





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2016

Carta nº: 9005237

A/C: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

Sinistro: 3160091103 ASL-0068537/16
Vítima: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS
Data Acidente: 05/11/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: ALEX SANDRO DA SILVA MORENO MOREIRA

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **14/04/2016** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **05/11/2015**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Comprovação de ato declaratório incorretas

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na ARUANA SEGUROS S/A de origem onde foi realizada sua reclamação de sinistro.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00327/00328 - carta_03





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 14 de Julho de 2016

Carta nº: 9365169

A/C: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

Sinistro: 3160091103 ASL-0068537/16
Vítima: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS
Data Acidente: 05/11/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: ALEX SANDRO DA SILVA MORENO MOREIRA

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00625/00626 - carta_02

00070313





Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Rosilda da Paz dos Santos
 PORTADOR(A) DO RG Nº 2.498.804 EXPEDIDO POR SSPEN EM 18/07/03 E
 CPF 0.61.010.030-1 / CNPJ 00/000000-0 PROFISSÃO do lar
 E RENDA MENSAL DE R\$ 500,00 NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
 SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Rosilda da Paz dos Santos AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susesp nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação D13 da CEF aberta em Unidade lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.



IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

DOCUMENTO 1 *T1%*



de _____ de _____
 LOCAL E DATA

Rosilda da Paz dos Santos
 ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0271204.





0047-0091-17.1 5-1-1-90-1905

BANCO DO NORDESTE: CLIENTE CONSULTA E
QUANTIDADE 0800 728 3030 - VISA BNB.COM.BR

ATENÇÃO: CLIENTES CREDENCIADOS PARA SACAR ATÉ R\$
3.000,00/DIA.

DATA DA ABERTURA DA CONTA 24/04/2014
DATA DO ÚLTIMO MOVIMENTO 26/01/2016

CPMF A COBRAR 0,00
SALDO DISPONÍVEL TOTAL 710,90

FUNDO INVESTIMENTO
COM RESGATE AUTOMÁTICO 0,00
SEM RESGATE AUTOMÁTICO 0,00
SALDO LÍQUIDO 0,00

DISPONÍVEL PARCIAL -200,00
POUPANÇA CORRENTE 910,90
BLOQUEADO 0,00

SALDO TOTAL DA CONTA 710,90

BANCO DO NORDESTE
SALDO DE CONTA DE DEPÓSITOS
EMITIDO EM: 26/01/2016 ÀS 14:04:20
AGÊNCIA 0047 CONTA 1/000009057-5
CLIENTE: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

PROTÓCOLO
RECEBIDO
05 FEV 2016
JEM REGULADORA

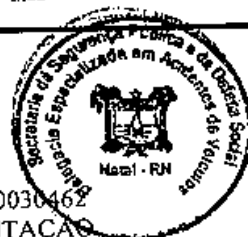




ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESED
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPO
DELEGACIA ESPECIALIZADA EM ACIDENTES DE VEÍCULOS - DEAV
Esplanada Silva Jardim, s/n, Ribeira - Natal/RN, ☎ (84) 3232-2533

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

OCORRÊNCIA N.º 033/2016 LIVRO: 001
DATA DO REGISTRO: 02/02/2016 HORA: 11:24
COMUNICANTE: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS
PROFISSÃO: AGRICULTORA RG. 2.493909 ORG. EXP: SSP/RM CPF: 06100030462
END/RESIDENCIAL: RUA JOÃO PALO II, 1380º-NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO
PONTO REFERÊNCIA: PRÓXIMO AO SUP. FAVORITO FONE: (84) 99198-4711



HISTÓRICO:

LOCAL OCORRÊNCIA: AVENIDA SANTARÉM- VIA PÚBLICA
DATA: 05/11/2015 HORA: 21H 04M RESULTOU: MORTE ☐ LESÕES ☒
TIPO: COLISÃO ☐ TOMBAMENTO ☐ CAPOTAMENTO ☐ CHOQUE ☐
ATROPELAMENTO ☒ ABALROAMENTO: ☐ OUTROS: ☐

VEÍCULOS ENVOLVIDOS:

1. Tipo: Marca: Cor: Placa: UF:
Condutor: Idade:

Endereço:
Prontuário: Categoria: UF:
Proprietário:

Endereço:
2. Tipo: Marca: Cor: Placa: UF:

Condutor: Idade:
Endereço:
Prontuário: Categoria: UF:
Proprietário:
Endereço:

1. Vítima: A COMUNICANTE, RG: Idade: Naturalidade: Estado civil:
Profissão: Filiação: Endereço:

1. Testemunha: Fone:
Endereço:

HISTÓRICO:
COMPARECEU A ESTA ESPECIALIZADA A PESSOA DA COMUNICANTE, E RELATOU QUE NA
DATA, HORA E LOCAL ACIMA MENCIONADOS, AO ATRAVESSAR A AVENIDA VINHA UMA
MOTOCICLETA, ORA IDENTIFICADA, QUE ATROPELOU A VÍTIMA E A MESMA VEIO A SOFRER
LESÕES CONFORME BAA DE NÚMERO 134339/2015, ORIUNDO DO PRONTO SOCORRO CLOVIS
SARINHO.
DISSE AINDA QUE FORA CONDUZIDA PELO SAMU, CONFORME OCORRENCIA DE NÚMERO
68789/1-2015, ORIUNDO DA SMS.
NADA MAIS DISSE



Rosilda da Paz dos Santos
Assinatura do(a) Comunicante

Francisco
Assinatura/Carimbo Servidor(a)
Francisco Armando Falcão Leal
Agente de Polícia
Mat. 190.961-7
Chefe de Investigação





Prefeitura Municipal do Natal


A nossa cidade

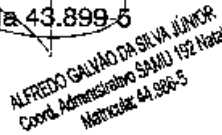
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SAMU 192 NATAL

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que **ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS** foi vítima de atropelamento por moto no dia 05/11/2015, aproximadamente as 21h04min, na Avenida Santarém, Nossa Senhora da Apresentação, nesta Cidade. Tendo sido atendida pelo SAMU 192 Natal, sob nº de ocorrência **68789/1** onde foram realizados os procedimentos de praxe pela equipe de plantão e removida para o Hospital Walfredo Gurgel.

Natal, 08 de Dezembro de 2015.


José Machado Júnior
Coordenador de Enfermagem do SAMU 192 Natal
COREN - RN 91.991
Matrícula 43.899-6


ALFREDO GALVÃO DA SILVA JÚNIOR
Coord. Administrativo SAMU 192 Natal
Matrícula 44.886-5



Rua Potiguarcs, 300 Dix Sept Rosado Natal/RN CEP 59054-280

Tel.: (84) 3232-9222 (84) 3232-9211



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Rosilda da Paz dos Santos portador da carteira de
identidade nº 2.493.909 e inscrito no CPF/MF sob o nº 061.000.304.62
residente e domiciliado na Rua João Paulo
Cidade Natal Estado RN, declaro, sob as penas da lei, que
estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de
indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- () Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de
prova do Seguro DPVAT; ou
- (☒) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo
superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de
invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração
permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico
Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a
correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº
6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia
concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu
conteúdo.

Rosilda da Paz dos Santos

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Local e data



FICHA DE REGULAÇÃO - CENA

Nº: **68789/1**

Data: **05/11/2015**

CHAMADO

TARM: BLENIA RAYOMARA ARGEMIRO DA SILVA

Médico Regulação: ADSON JOSÉ MARTINS VALE

Rádio Operador: SERGIANO ELIAS FARIAS

Médico Cena: PÉRICLES DE SOUSA CARDOSO

Equipe Enfermagem Cena:

Usuário Pós-Cena:

VTR: USB 18 (CENTRAL)

Equipe VTR: FRANCISCO MEDEIROS DE ANDRADE - CONDUTOR DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA
JOÃO BATISTA AUGUSTO DE LIMA - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

☒ Regulação Médica
 ☐ Trote
 ☐ Informação
 ☐ Engano
 ☐ Queda da ligação
 ☐ Sem Médico
 ☐ Transf./Internação
 ☐ Eletivo

Cidade: NATAL

Nome do Solicitante: EVERTON

Telefone: (84) 98715-5827

Nome do Paciente:

ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

Idade: *

30 ANO(S)

Sexo: *

FEMININO

☐ Endereço não informado

☐ Coordenadas Informadas

Latitude: -5.7541493 **Longitude:** -35.2724733

Endereço: AVENIDA SANTARÉM

Nº: VP

Bairro: NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO

Outro Bairro:

Referência/Complemento: VALE DOURADO / NA ESQUINA DO SUPERMERCADO FAVORITO

Unidade de Destino Transfereência: HOSPITAL WALFREDO GURGEL

Queixa Paciente: ATROPELAMENTO POR MOTO

Quem Solicitou: Transeunte

Distância do paciente: Com o Paciente

Local: Via Pública

Histórico Regulação Médica:

05/11/2015 21:05:55 - Dr(a). ADSON JOSÉ MARTINS VALE
APH: TRAUMA / HD: ATROPELAMENTO POR MOTO
REGULAÇÃO: 01 VÍTIMA, CONSCIENTE, RESPIRA NORMAL,
AÇÃO COM INTERVENÇÃO: USB
PRIORIDADE: VERMELHO
CÓDIGO DE DESLOCAMENTO: CÓDIGO 3
POSSUI CONVÊNIO MÉDICO: NÃO INFORMADO

Apoio:

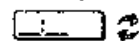


OBSERVAÇÕES

Data: 05/11/2015 21:42:48 **Usuário:** (RADIO OPERADOR) SERGIANO ELIAS FARIAS
Observação: USB QND SEGUIA A SIRENE PAROU DE FUNCIONAR-21H28.



F:



Recebido por:

☐ Vaga Negada

☒ Vaga Zero

Motivo da entrada:



PERTENCES

Nome receptor:

Cargo receptor:

Descrição dos pertences:

Local deixado pertences:

Data:

11/11/2015

HORÁRIOS DO CHAMADO

Chamado:

05/11/2015

21:04:31

Regulação Médica:

05/11/2015

21:05:55

Solicitação VTR:

05/11/2015

21:18:53

Saída VTR:

05/11/2015

21:19:40

Chegada Local:

05/11/2015

21:45:07

Saída Local:

05/11/2015

22:19:03

Chegada Destino:

05/11/2015

22:45:35

Liberação Destino:

05/11/2015

23:41:34

Liberação VTR:

05/11/2015

23:41:35





Prefeitura Municipal do Natal

A nossa cidade

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SAMU 192 NATAL

ATO DECLARATORIO

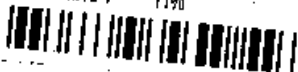
DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que **ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS** foi vítima de atropelamento por moto no dia 05/11/2015, aproximadamente as 21h04min, na Avenida Santarém, Nossa Senhora da Apresentação, nesta Cidade. Tendo sido atendida pelo SAMU 192 Natal, sob nº de ocorrência **68789/1** onde foram realizados os procedimentos de praxe pela equipe de plantão e removida para o Hospital Walfredo Gurgel.

Natal, 08 de Dezembro de 2015.

DOCUMENTO 1

*T1%



[Signature]
José Machado Júnior
Coordenador de Enfermagem do SAMU 192 Natal
COREN - RN 91.991
Matrícula 43.899-5

[Signature]
ALFREDO GALVÃO DA SILVA JÚNIOR
Coord. Administrativo SAMU 192 Natal
Matrícula: 44.986-5

Rua Potiguares, 300 Dix Sept Rosado Natal/RN CEP 59054-280



1



07/12/2015

samunatal.no-ip.org/SSONatal/_Sistema/regulacaoAmbulancia.aspx?cod=68789&Digito=1&ReadOnly=1

FICHA DE REGULAÇÃO - CENA

Nº: 68789/1

Data: 05/11/2015

CHAMADO

TARM: BLENA RAYOMARA ARGEMIRO DA SILVA

Rádio Operador: SERGIANO ELIAS FARIAS

Equipe Enfermagem Cena:

VTR: USB 18 (CENTRAL)

Médico Regulação: ADSON JOSÉ MARTINS VALE

Médico Cena: PÉRICLES DE SOUSA CARDOSO

Usuário Pós-Cena:

Equipe VTR: FRANCISCO MEDEIROS DE ANDRADE - CONDUTOR DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA
JOÃO BATISTA AUGUSTO DE LIMA - TÉCNICO DE ENFERMAGEM☒ Regulação Médica☐ Trote☐ Informação☐ Engano☐ Queda da ligação☐ Sem Médico☐ Transf./Internação☐ Eletivo

Cidade: NATAL

Nome do Solicitante: EVERTON

Telefone: (84) 98715-5827

Nome do Paciente:

ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

Idade: *

30

ANO(S)

Sexo: *

FEMININO

☐ Endereço não Informado☒ Coordenadas Informadas

Latitude: -5.7541493 Longitude: -35.2724733

Endereço: AVENIDA SANTARÉM

Nº: VP

Bairro: NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO

Outro Bairro:

Referência/Complemento: VALE DOURADO / NA ESQUINA DO SUPERMERCADO FAVORITO

Unidade de Destino Transferência: HOSPITAL WALFREDO GURGEL

Queixa Paciente: ATROPELAMENTO POR MOTO

Quem Solicitou: Transcurente

Distância do paciente: Com o Paciente

Local: Via Pública

Histórico Regulação Médica:

05/11/2015 21:05:55 - Dr(a). ADSON JOSÉ MARTINS VALE

APH: TRAUMA / HD: ATROPELAMENTO POR MOTO

REGULAÇÃO: 01 VÍTIMA, CONSCIENTE, RESPIRA NORMAL.

AÇÃO COM INTERVENÇÃO: USB

PRIORIDADE: VERMELHO

CÓDIGO DE DESLOCAMENTO: CÓDIGO 3

POSSUI CONVÊNIO MÉDICO: NÃO INFORMADO

Apoio:



OBSERVAÇÕES

Data: 05/11/2015 21:42:48 Usuário: (RADIO OPERADOR) SERGIANO ELIAS FARIAS

Observação: USB QND SEGUIA A SIRENE PAROU DE FUNCIONAR-21H28.





SINAIS VITAIS / OUTROS ACHADOS

Tipo de APH:

Hipótese Diagnóstica:

TRAUMA - ATROPELAMENTO POR MOTO ▾

Sinais Vitais:

05/11/2015 22:07

1ª PA - 110X70
2ª FC - 75
3ª FR - 20
4ª SAT - 98%AA
5ª GLASGOW - 14

Antecedentes:

☐ Cardiopatia ☐ Diabetes ☐ Epilepsia ☐ Etilismo ☐ Hipertensão ☐ HIV ☐ Nefropatia ☐ Neoplasia ☐ Pneumopatia ☐ Sequela AVC

Outros Antecedentes:

Nível de consciência:

☐ Normal ☒ Confuso ☐ Torporoso ☐ Inconsciente

Respiração:

☐ Não Respira ☒ Normal ☐ Ruidosa / Dispneia ☐ Via aérea obstruída ☐ Via aérea pervia

Sudorese:

- SELECIONE - ▾

Coloração da pele:

- SELECIONE - ▾

Sangramento:

- SELECIONE - ▾

Uso de algum Medicamento:

Alergia:

Prioridade:

☒ Vermelho ☐ Laranja ☐ Amarelo ☐ Verde ☐ Azul

Observação:

VITIMA DE ATROPELAMENTO POR MOTO. HEMATOMA SUBGALEAL EM REGIAO FRONTAL. ESCORIAÇÕES EM LABIOS SUPERIORES E MMII.
FRATURA EXPOSTA EM PERNA DIREITA. NAO LEMBRA O QUE ACONTECEU.

PROCEDIMENTOS

Tipo do procedimento:

Procedimento:

Observação:

IMOBILIZAÇÃO - COLAR CERVICAL
IMOBILIZAÇÃO - MMII
IMOBILIZAÇÃO - PRANCHA LONGA

MEDICAMENTOS

Medicamento - unidade:

Quantidade:

Observação:

SORO RINGER LACTATO - 1 - IV ▾

CONVÊNIO MÉDICO PARTICULAR

Paciente possui convênio médico particular?*

☒ Sim ☐ Não ☐ Não informado

CONDUTA

☐ Atendimento / Residência ☒ Condução VTR ☒ Remoção / Transferência
☐ Óbito ☐ Endereço não localizado ☐ Evasão do local ☐ Recusa atendimento ☐ Recusa remoção
☐ Removido por terceiros ☐ Trote

REMOÇÃO / TRANSFERÊNCIA

☐ Aguardando Vaga

07/12/2015

Sistema de Informação de Processos de Atendimento - Sistema de Informação de Atendimento - Sistema de Informação de Atendimento

F14

Recebido por:

☐ Vaga Negada

☒ Vaga Zero

Motivo da entrada:



PERTENCES

Nome receptor:

Cargo receptor:

Descrição dos pertences:

Local deixado pertences:

Data:

MORÁRIOS DO CHAMADO

Chamado:
05/11/2015
21:04:31

Regulação Médica:
05/11/2015
21:05:55

Solicitação VTR:
05/11/2015
21:18:53

Saída VTR:
05/11/2015
21:19:40

Chegada Local:
05/11/2015
21:45:07

Saída Local:
05/11/2015
22:19:03

Chegada Destino:
05/11/2015
22:45:35

Liberação Destino:
05/11/2015
23:41:34

Liberação VTR:
05/11/2015
23:41:35





BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 22/07/2016

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

BANCO: 004

AGÊNCIA: 00047

CONTA: 001000009057-5

Nr. da Autenticação ABD2FB218DF34665



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Rosilda da Paz dos Santos

RG nº 2.493.909, data de expedição 18/07/03, órgão SSP/RN

CPF nº 061.000.304-62 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua João Paulo</u>
Número	<u>1380-A</u>
Apto / Complemento	<u>-</u>
Bairro	<u>N. Senhora da Conceição</u>
Cidade	<u>Vital</u>
Estado	<u>RN</u>
CEP	<u>59.114-150</u>
Telefone de Contato	<u>(84) 99198-4711</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

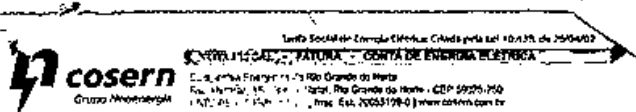
Local e Data: _____

Assinatura do Declarante: Rosilda da Paz dos Santos



DOCUMENTO 2 *T26/n*





DADOS DO CLIENTE
MARLENE FÉLIX REZERIA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA JOÃO PAULO II 1380 - A

CPF 730.547.284-12

NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO MARIA
NATAL RN
59114-150

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RENDIMENTO
Normal

CONTA CONTRATADA	PERÍODO
7001424808	12/2015
DATA DE VENCIMENTO	DATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
18/12/2015	08/01/2016
TOTAL A PAGAR (R\$)	19,68

CONTA CONTRATADA	PERÍODO	DATA DE VENCIMENTO
7001424808	12/2015	18/12/2015
CONTA CONTRATADA	PERÍODO	DATA DE VENCIMENTO
7001424808	12/2015	18/12/2015

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR (R\$)
Consumo de Energia Elétrica	2,10		2,10
Acrescimo Bateria VERMILHA			

TOTAL DA FATURA

19,68

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

PERÍODO	Tipo de Medição	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	PERÍODO	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
01/12/15	01	01/12/15	1.230,00	08/12/15	1.231,00	10	1,00		1,00

PERÍODOS DE CONSUMO		MENSAGENS DE TRANSMISSÃO				CONTABILIZAÇÃO DO CONSUMO	
Mês/Ano		MENS		PIS		COEFINS	
		CONSUMO	VALOR	CONSUMO	VALOR	CONSUMO	VALOR
01/15	01	1.230,00	1,23	1.230,00	1,23	1.230,00	1,23
02/15	02	1.231,00	1,23	1.231,00	1,23	1.231,00	1,23
03/15	03	1.232,00	1,23	1.232,00	1,23	1.232,00	1,23
04/15	04	1.233,00	1,23	1.233,00	1,23	1.233,00	1,23
05/15	05	1.234,00	1,23	1.234,00	1,23	1.234,00	1,23
06/15	06	1.235,00	1,23	1.235,00	1,23	1.235,00	1,23
07/15	07	1.236,00	1,23	1.236,00	1,23	1.236,00	1,23
08/15	08	1.237,00	1,23	1.237,00	1,23	1.237,00	1,23
09/15	09	1.238,00	1,23	1.238,00	1,23	1.238,00	1,23
10/15	10	1.239,00	1,23	1.239,00	1,23	1.239,00	1,23
11/15	11	1.240,00	1,23	1.240,00	1,23	1.240,00	1,23
12/15	12	1.241,00	1,23	1.241,00	1,23	1.241,00	1,23
01/16	01	1.242,00	1,23	1.242,00	1,23	1.242,00	1,23
02/16	02	1.243,00	1,23	1.243,00	1,23	1.243,00	1,23
03/16	03	1.244,00	1,23	1.244,00	1,23	1.244,00	1,23
04/16	04	1.245,00	1,23	1.245,00	1,23	1.245,00	1,23
05/16	05	1.246,00	1,23	1.246,00	1,23	1.246,00	1,23
06/16	06	1.247,00	1,23	1.247,00	1,23	1.247,00	1,23
07/16	07	1.248,00	1,23	1.248,00	1,23	1.248,00	1,23
08/16	08	1.249,00	1,23	1.249,00	1,23	1.249,00	1,23
09/16	09	1.250,00	1,23	1.250,00	1,23	1.250,00	1,23
10/16	10	1.251,00	1,23	1.251,00	1,23	1.251,00	1,23
11/16	11	1.252,00	1,23	1.252,00	1,23	1.252,00	1,23
12/16	12	1.253,00	1,23	1.253,00	1,23	1.253,00	1,23
01/17	01	1.254,00	1,23	1.254,00	1,23	1.254,00	1,23
02/17	02	1.255,00	1,23	1.255,00	1,23	1.255,00	1,23
03/17	03	1.256,00	1,23	1.256,00	1,23	1.256,00	1,23
04/17	04	1.257,00	1,23	1.257,00	1,23	1.257,00	1,23
05/17	05	1.258,00	1,23	1.258,00	1,23	1.258,00	1,23
06/17	06	1.259,00	1,23	1.259,00	1,23	1.259,00	1,23
07/17	07	1.260,00	1,23	1.260,00	1,23	1.260,00	1,23
08/17	08	1.261,00	1,23	1.261,00	1,23	1.261,00	1,23
09/17	09	1.262,00	1,23	1.262,00	1,23	1.262,00	1,23
10/17	10	1.263,00	1,23	1.263,00	1,23	1.263,00	1,23
11/17	11	1.264,00	1,23	1.264,00	1,23	1.264,00	1,23
12/17	12	1.265,00	1,23	1.265,00	1,23	1.265,00	1,23
01/18	01	1.266,00	1,23	1.266,00	1,23	1.266,00	1,23
02/18	02	1.267,00	1,23	1.267,00	1,23	1.267,00	1,23
03/18	03	1.268,00	1,23	1.268,00	1,23	1.268,00	1,23
04/18	04	1.269,00	1,23	1.269,00	1,23	1.269,00	1,23
05/18	05	1.270,00	1,23	1.270,00	1,23	1.270,00	1,23
06/18	06	1.271,00	1,23	1.271,00	1,23	1.271,00	1,23
07/18	07	1.272,00	1,23	1.272,00	1,23	1.272,00	1,23
08/18	08	1.273,00	1,23	1.273,00	1,23	1.273,00	1,23
09/18	09	1.274,00	1,23	1.274,00	1,23	1.274,00	1,23
10/18	10	1.275,00	1,23	1.275,00	1,23	1.275,00	1,23
11/18	11	1.276,00	1,23	1.276,00	1,23	1.276,00	1,23
12/18	12	1.277,00	1,23	1.277,00	1,23	1.277,00	1,23
01/19	01	1.278,00	1,23	1.278,00	1,23	1.278,00	1,23
02/19	02	1.279,00	1,23	1.279,00	1,23	1.279,00	1,23
03/19	03	1.280,00	1,23	1.280,00	1,23	1.280,00	1,23
04/19	04	1.281,00	1,23	1.281,00	1,23	1.281,00	1,23
05/19	05	1.282,00	1,23	1.282,00	1,23	1.282,00	1,23
06/19	06	1.283,00	1,23	1.283,00	1,23	1.283,00	1,23
07/19	07	1.284,00	1,23	1.284,00	1,23	1.284,00	1,23
08/19	08	1.285,00	1,23	1.285,00	1,23	1.285,00	1,23
09/19	09	1.286,00	1,23	1.286,00	1,23	1.286,00	1,23
10/19	10	1.287,00	1,23	1.287,00	1,23	1.287,00	1,23
11/19	11	1.288,00	1,23	1.288,00	1,23	1.288,00	1,23
12/19	12	1.289,00	1,23	1.289,00	1,23	1.289,00	1,23
01/20	01	1.290,00	1,23	1.290,00	1,23	1.290,00	1,23
02/20	02	1.291,00	1,23	1.291,00	1,23	1.291,00	1,23
03/20	03	1.292,00	1,23	1.292,00	1,23	1.292,00	1,23
04/20	04	1.293,00	1,23	1.293,00	1,23	1.293,00	1,23
05/20	05	1.294,00	1,23	1.294,00	1,23	1.294,00	1,23
06/20	06	1.295,00	1,23	1.295,00	1,23	1.295,00	1,23
07/20	07	1.296,00	1,23	1.296,00	1,23	1.296,00	1,23
08/20	08	1.297,00	1,23	1.297,00	1,23	1.297,00	1,23
09/20	09	1.298,00	1,23	1.298,00	1,23	1.298,00	1,23
10/20	10	1.299,00	1,23	1.299,00	1,23	1.299,00	1,23
11/20	11	1.300,00	1,23	1.300,00	1,23	1.300,00	1,23
12/20	12	1.301,00	1,23	1.301,00	1,23	1.301,00	1,23
01/21	01	1.302,00	1,23	1.302,00	1,23	1.302,00	1,23
02/21	02	1.303,00	1,23	1.303,00	1,23	1.303,00	1,23
03/21	03	1.304,00	1,23	1.304,00	1,23	1.304,00	1,23
04/21	04	1.305,00	1,23	1.305,00	1,23	1.305,00	1,23
05/21	05	1.306,00	1,23	1.306,00	1,23	1.306,00	1,23
06/21	06	1.307,00	1,23	1.307,00	1,23	1.307,00	1,23
07/21	07	1.308,00	1,23	1.308,00	1,23	1.308,00	1,23
08/21	08	1.309,00	1,23	1.309,00	1,23	1.309,00	1,23
09/21	09	1.310,00	1,23	1.310,00	1,23	1.310,00	1,23
10/21	10	1.311,00	1,23	1.311,00	1,23	1.311,00	1,23
11/21	11	1.312,00	1,23	1.312,00	1,23	1.312,00	1,23
12/21	12	1.313,00	1,23	1.313,00	1,23	1.313,00	1,23
01/22	01	1.314,00	1,23	1.314,00	1,23	1.314,00	1,23
02/22	02	1.315,00	1,23	1.315,00	1,23	1.315,00	1,23
03/22	03	1.316,00	1,23	1.316,00	1,23	1.316,00	1,23
04/22	04	1.317,00	1,23	1.317,00	1,23	1.317,00	1,23
05/22	05	1.318,00	1,23	1.318,00	1,23	1.318,00	1,23
06/22	06	1.319,00	1,23	1.319,00	1,23	1.319,00	1,23
07/22	07	1.320,00	1,23	1.320,00	1,23	1.320,00	1,23
08/22	08	1.321,00	1,23	1.321,00	1,23	1.321,00	1,23
09/22	09	1.322,00	1,23	1.322,00	1,23	1.322,00	1,23
10/22	10	1.323,00	1,23	1.323,00	1,23	1.323,00	1,23
11/22	11	1.324,00	1,23	1.324,00	1,23	1.324,00	1,23
12/22	12	1.325,00	1,23	1.325,00	1,23	1.325,00	1,23
01/23	01	1.326,00	1,23	1.326,00	1,23	1.326,00	1,23
02/23	02	1.327,00	1,23	1.327,00	1,23	1.327,00	1,23
03/23	03	1.328,00	1,23	1.328,00	1,23	1.328,00	1,23
04/23	04	1.329,00	1,23	1.329,00	1,23	1.329,00	1,23
05/23	05	1.330,00	1,23	1.330,00	1,23	1.330,00	1,23
06/23	06	1.331,00	1,23	1.331,00	1,23	1.331,00	1,23
07/23	07	1.332,00	1,23	1.332,00	1,23	1.332,00	1,23
08/23	08	1.333,00	1,23	1.333,00	1,23	1.333,00	1,23
09/23	09	1.334,00	1,23	1.334,00	1,23	1.334,00	1,23
10/23	10	1.335,00	1,23	1.335,00	1,23	1.335,00	1,23
11/23	11	1.336,00	1,23	1.336,00	1,23	1.336,00	1,23
12/23	12	1.337,00	1,23	1.337,00	1,23	1.337,00	1,23
01/24	01	1.338,00	1,23	1.338,00	1,23	1.338,00	1,23
02/24	02	1.339,00	1,23	1.339,00	1,23	1.339,00	1,23
03/24	03	1.340,00	1,23	1.340,00	1,23	1.340,00	1,23
04/24	04	1.341,00	1,23	1.341,00	1,23	1.341,00	1,23
05/24	05	1.342,00	1,23	1.342,00	1,23	1.342,00	1,23
06/24	06	1.343,00	1,23	1.343,00	1,23	1.343,00	1,23
07/24	07	1.344,00	1,23	1.344,00	1,23	1.344,00	1,23
08/24	08	1.345,00	1,23	1.345,00	1,23	1.345,00	1,23
09/24	09	1.346,00	1,23	1.346,00	1,23	1.346,00	1,23
10/24	10	1.347,00	1,23	1.347,00	1,23	1.347,00	1,23
11/24	11	1.348,00	1,23	1.348,00	1,23	1.348,00	1,23
12/24	12	1.349,00	1,23	1.349,00	1,23	1.349,00	1,23
01/25	01	1.350,00	1,23	1.350,00	1,23	1.350,00	1,23
02/25	02	1.351,00	1,23	1.351,00	1,23	1.351,00	1,23
03/25	03	1.352,00	1,23	1.352,00	1,23	1.352,00	1,23
04/25	04	1.353,00	1,23	1.353,00	1,23	1.353,00	1,23
05/25	05	1.354,00	1,23	1.354,00	1,23	1.354,00	1,23
06/25	06	1.355,00	1,23	1.355,00	1,23	1.355,00	1,23
07/25	07	1.356,00	1,23	1.356,00	1,23	1.356,00	1,23
08/25	08	1.357,00	1,23	1.357,00	1,23	1.357,00	1,23
09/25	09	1.358,00	1,23	1.358,00	1,23	1.358,00	1,23
10/25	10	1.359,00	1,23	1.359,00	1,23	1.359,00	1,23
11/25	11	1.360,00	1,23	1.360,00	1,23	1.360,00	1,23
12/25	12	1.361,00	1,23	1.361,00	1,23	1.361,00	1,23
01/26	01	1.362,00	1,23	1.362,00	1,23	1.362,00	1,23
02/26	02	1.363,00	1,23	1.363,00	1,23	1.363,00	1,23
03/26	03	1.364,00	1,23	1.364,00	1,23	1.364,00	1,23
04/26	04	1.365,00	1,23	1.365,00	1,23	1.365,00	1,23
05/26	05	1.366,00	1,23	1.366,00	1,23	1.366,00	1,23
06/26	06	1.367,00	1,23	1.367,00	1,23	1.367,00	1,23
07/26	07	1.368,00	1,23	1.368,00	1,23	1.368,00	1,23
08/26	08	1.369,00	1,23	1.369,00	1,23	1.369,00	1,23
09/26	09	1.370,00	1,23	1.3			

Este recibo é um título ao portador, não sendo necessário a sua apresentação para a emissão de outro recibo. Este recibo é emitido em caso de eventual prestação de serviço e não substitui a fatura de energia elétrica.

Nome: _____
 CPF: _____
 Assinatura: _____
 End: _____

Via para Pagamento da Conta de Energia

Pedido de serviço para Via para Pagamento Grupo B nº 1303792814

NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

COMPANHIA ENERGÉTICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

RUA VERMELHA 150 BALDO
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE
CEP 55025-250
CNPJ 09.824.156/0001-81
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055153-0



Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
 Ligações Gratuitas:
 -TELEATENDIMENTO COSERN: 116
 -Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 261 0142
 -Ouvidoria: 0800 054 0404
 Agência Reguladora de Serviços do Rio Grande do Norte -
 AREEP 0509 727 0567 - Ligação Gratuita de Telefones Fixos
 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 167
 Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE! ALEX SANDRO DA SILVA MORENO MOREIRA	DATA DE VENCIMENTO 18/01/2016	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 04/01/2016	CONTA CONTRATO 7008481380
ENDEREÇO RUA RIO TOCANTINS 86 - LT-07842 - CENTRAL PARQUE III/AREA URBANA -59575-000 EXTREMOZ RN -	TOTAL A PAGAR R\$ 133,91	DATA DA APRESENTAÇÃO 04/01/2016	CLASSIFICAÇÃO RESIDENCIAL Monofásico B1
PÉRIODO CONSUMO 03/12/2015 a 04/01/2016	CONSUMO 208		
ICMS - BASE DE CÁLCULO R\$ 0,00 Alíquota 17,00 valor do imposto R\$ 19,35			
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA	VIA PARA PAGAMENTO		

PROTOCOLO
RECEBIDO
14 ABR 2016
JEM REGULADORA

DOCUMENTO 1 "T19"



DOCUMENTO 1 *T196*



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, ROSILDA DA PAZ DOS SANTOSRG nº 2.493.909, data de expedição 18 / 07 / 03, Órgão ITGP

CPF nº 061.000.304-62, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

REANALISE

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA SÃO RAULO II 1280-A</u>
Número	<u>1280-A</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO</u>
Cidade	<u>NATAL</u>
Estado	<u>RN</u>
CEP	<u>59114-150</u>
Telefone de Contato	<u>84 9-8875-4960 - 9-8845-7053</u>
E-mail	


Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data:

Natal-RN 30/06/2016

Assinatura do Declarante:

Rosilda da Paz dos Santos

NOTA FISCAL FATURA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA																																																											
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE RUA MERMOS, 150, BALDO, NATAL, RIO GRANDE DO NORTE CEP 59025-250 CNPJ 08.324.198/0001-81 INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0		 cosern Grupo Neoenergia																																																									
Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02 Ligações Gratuitas: - TELEATENDIMENTO COSERN: 116 - Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142 - Ouvidoria 0800 084 0404 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 167 Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis																																																											
DADOS DO CLIENTE MARLENE FELIX BEZERRA CPF: 735.547.284-72 ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA RUA JOAO PAULO II 1380 -A NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO ÁREA URBANA 59114-150 NATAL RN As condições gerais do fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 33%;"> DATA DE VENCIMENTO 14/06/2016 TOTAL A PAGAR (R\$) 0,00 </td> <td style="width: 33%;"> DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 07/06/2016 DATA DA APRESENTAÇÃO 07/06/2016 NÚMERO DA NOTA FISCAL 000309782 34m: U </td> <td style="width: 33%;"> CONTA CONTRATO 007001424909 Nº DO CLIENTE 3009327704 Nº DA INSTALAÇÃO 0002103596 </td> </tr> <tr> <td colspan="3"> CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL Monofásico </td> </tr> <tr> <td colspan="3"> RESERVADO AO FISCO 576C.AC4C.8522.D105.E634.22CF.B4A7.028C </td> </tr> </table>		DATA DE VENCIMENTO 14/06/2016 TOTAL A PAGAR (R\$) 0,00	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 07/06/2016 DATA DA APRESENTAÇÃO 07/06/2016 NÚMERO DA NOTA FISCAL 000309782 34m: U	CONTA CONTRATO 007001424909 Nº DO CLIENTE 3009327704 Nº DA INSTALAÇÃO 0002103596	CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL Monofásico			RESERVADO AO FISCO 576C.AC4C.8522.D105.E634.22CF.B4A7.028C																																																	
DATA DE VENCIMENTO 14/06/2016 TOTAL A PAGAR (R\$) 0,00	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 07/06/2016 DATA DA APRESENTAÇÃO 07/06/2016 NÚMERO DA NOTA FISCAL 000309782 34m: U	CONTA CONTRATO 007001424909 Nº DO CLIENTE 3009327704 Nº DA INSTALAÇÃO 0002103596																																																									
CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL Monofásico																																																											
RESERVADO AO FISCO 576C.AC4C.8522.D105.E634.22CF.B4A7.028C																																																											
DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL																																																											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>PREÇO</th> <th>VALOR (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consumo Ativo(KWh)</td> <td>47,00</td> <td>0,43107</td> <td>20,20</td> </tr> <tr> <td>Multa por atraso-NF 000340627 - 05/04/16</td> <td></td> <td></td> <td>0,33</td> </tr> <tr> <td>Juros por atraso-NF 000340627 - 06/04/16</td> <td></td> <td></td> <td>0,15</td> </tr> <tr> <td>Devolução Pagamento em Duplicidade</td> <td></td> <td></td> <td>20,74</td> </tr> <tr> <td>TOTAL DA FATURA</td> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table>				DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)	Consumo Ativo(KWh)	47,00	0,43107	20,20	Multa por atraso-NF 000340627 - 05/04/16			0,33	Juros por atraso-NF 000340627 - 06/04/16			0,15	Devolução Pagamento em Duplicidade			20,74	TOTAL DA FATURA			0,00																																
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)																																																								
Consumo Ativo(KWh)	47,00	0,43107	20,20																																																								
Multa por atraso-NF 000340627 - 05/04/16			0,33																																																								
Juros por atraso-NF 000340627 - 06/04/16			0,15																																																								
Devolução Pagamento em Duplicidade			20,74																																																								
TOTAL DA FATURA			0,00																																																								
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2">TARIFAS APLICADAS</th> <th colspan="2">HISTÓRICO DE CONSUMO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consumo Ativo(KWh)</td> <td>0,4055000</td> <td>JUN 16</td> <td>47</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>MAR 16</td> <td>41</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>ABR 16</td> <td>41</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>MAR 16</td> <td>50</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>FEV 16</td> <td>41</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>JAN 16</td> <td>61</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>DEZ 15</td> <td>44</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>NOV 15</td> <td>41</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>OUT 15</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>SET 15</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>AGO 15</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>JUL 15</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>JUN 15</td> <td>54</td> </tr> </tbody> </table>				TARIFAS APLICADAS		HISTÓRICO DE CONSUMO		Consumo Ativo(KWh)	0,4055000	JUN 16	47			MAR 16	41			ABR 16	41			MAR 16	50			FEV 16	41			JAN 16	61			DEZ 15	44			NOV 15	41			OUT 15	30			SET 15	30			AGO 15	30			JUL 15	30			JUN 15	54
TARIFAS APLICADAS		HISTÓRICO DE CONSUMO																																																									
Consumo Ativo(KWh)	0,4055000	JUN 16	47																																																								
		MAR 16	41																																																								
		ABR 16	41																																																								
		MAR 16	50																																																								
		FEV 16	41																																																								
		JAN 16	61																																																								
		DEZ 15	44																																																								
		NOV 15	41																																																								
		OUT 15	30																																																								
		SET 15	30																																																								
		AGO 15	30																																																								
		JUL 15	30																																																								
		JUN 15	54																																																								
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="8">INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS</th> </tr> <tr> <th colspan="2">ICMS</th> <th colspan="2">PIS</th> <th colspan="2">COFINS</th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <th>BASE DE CÁLCULO</th> <th>%</th> <th>VALOR DO IMPOSTO</th> <th>BASE DE CÁLCULO</th> <th>%</th> <th>VALOR DO IMPOSTO</th> <th>BASE DE CÁLCULO</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>20,26</td> <td>1,00</td> <td>0,21</td> <td>20,26</td> <td>4,90</td> <td>0,99</td> </tr> </tbody> </table>				INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS								ICMS		PIS		COFINS				BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	0,00	0,00	20,26	1,00	0,21	20,26	4,90	0,99																								
INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS																																																											
ICMS		PIS		COFINS																																																							
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%																																																				
0,00	0,00	20,26	1,00	0,21	20,26	4,90	0,99																																																				
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="8">DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL</th> </tr> <tr> <th>NÚMERO DO MÊS/ANO</th> <th>TIPO DA FUNÇÃO</th> <th>ANTERIOR</th> <th>ATUAL</th> <th>Nº DIAS</th> <th>CONSTANTE</th> <th>AJUSTE</th> <th>CONSUMO kWh</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>00000000070091640</td> <td>CAT</td> <td>06/05/2016</td> <td>4.509,00</td> <td>07/06/2016</td> <td>4.533,00</td> <td>22</td> <td>1.000,00</td> </tr> </tbody> </table>				DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL								NÚMERO DO MÊS/ANO	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh	00000000070091640	CAT	06/05/2016	4.509,00	07/06/2016	4.533,00	22	1.000,00																																
DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL																																																											
NÚMERO DO MÊS/ANO	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh																																																				
00000000070091640	CAT	06/05/2016	4.509,00	07/06/2016	4.533,00	22	1.000,00																																																				
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="5">DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES</th> </tr> <tr> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>CONSUMO</th> <th>VALOR APLICADO</th> <th>MÉDIA MENSAL</th> <th>MÉDIA TRIM.</th> <th>MÉDIA ANUAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>DI-Índice de horas sem energia</td> <td>NOVO</td> <td>0,00</td> <td>5,43</td> <td>15,14</td> <td>21,73</td> </tr> <tr> <td>DI-Índice de horas com energia</td> <td></td> <td>0,00</td> <td>3,36</td> <td>6,72</td> <td>19,43</td> </tr> <tr> <td>DI-Índice de horas máximas de interrupção contínua</td> <td></td> <td>0,00</td> <td>3,11</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> DI-Índice de duração da interrupção em dia crítico Limite DI-Índice: 13,72 </td> </tr> <tr> <td colspan="6"> DI-Índice de duração da interrupção em dia crítico Limite DI-Índice: 13,72 </td> </tr> </tbody> </table>				DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					DESCRIÇÃO	CONSUMO	VALOR APLICADO	MÉDIA MENSAL	MÉDIA TRIM.	MÉDIA ANUAL	DI-Índice de horas sem energia	NOVO	0,00	5,43	15,14	21,73	DI-Índice de horas com energia		0,00	3,36	6,72	19,43	DI-Índice de horas máximas de interrupção contínua		0,00	3,11	0,00	0,00	DI-Índice de duração da interrupção em dia crítico Limite DI-Índice: 13,72						DI-Índice de duração da interrupção em dia crítico Limite DI-Índice: 13,72																				
DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES																																																											
DESCRIÇÃO	CONSUMO	VALOR APLICADO	MÉDIA MENSAL	MÉDIA TRIM.	MÉDIA ANUAL																																																						
DI-Índice de horas sem energia	NOVO	0,00	5,43	15,14	21,73																																																						
DI-Índice de horas com energia		0,00	3,36	6,72	19,43																																																						
DI-Índice de horas máximas de interrupção contínua		0,00	3,11	0,00	0,00																																																						
DI-Índice de duração da interrupção em dia crítico Limite DI-Índice: 13,72																																																											
DI-Índice de duração da interrupção em dia crítico Limite DI-Índice: 13,72																																																											
INFORMAÇÕES IMPORTANTES O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Para informações em www.aneel.gov.br. Pagamento em atraso gera: Multa 2% (Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1% a.m (Lei 10.438-25/04/02), no próximo mês. Isenção do ICMS conforme Art. 14, do RICMS-RN. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.																																																											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="3">NÍVEIS DE TENSÃO</th> </tr> <tr> <th>TENSÃO NOMINAL (V)</th> <th colspan="2">LIMITE DE VARIAÇÃO (V)</th> </tr> <tr> <th></th> <th>MÍNIMO</th> <th>MÁXIMO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>220</td> <td>202</td> <td>231</td> </tr> </tbody> </table>				NÍVEIS DE TENSÃO			TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)			MÍNIMO	MÁXIMO	220	202	231																																												
NÍVEIS DE TENSÃO																																																											
TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)																																																										
	MÍNIMO	MÁXIMO																																																									
220	202	231																																																									
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA																																																											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>CONTA CONTRATO</th> <th>MÊS/ANO</th> <th>TOTAL A PAGAR (R\$)</th> <th>VENCIMENTO</th> <th>TALÃO DE PAGAMENTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>007001424909</td> <td>06/2016</td> <td>0,00</td> <td>14/06/2016</td> <td>Evite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitores ópticos.</td> </tr> </tbody> </table>				CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR (R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO	007001424909	06/2016	0,00	14/06/2016	Evite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitores ópticos.																																														
CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR (R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO																																																							
007001424909	06/2016	0,00	14/06/2016	Evite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitores ópticos.																																																							
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>FATURA PAGA</th> <th>AUTENTICAÇÃO MECÂNICA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				FATURA PAGA	AUTENTICAÇÃO MECÂNICA																																																						
FATURA PAGA	AUTENTICAÇÃO MECÂNICA																																																										



ANEXO II

DECLARAÇÃO

Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT. contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Alex Sandro da Silva Menezes portador(a) do

RG nº 3049078, expedido por SS/RN, em

14/08/2013, CPF/CNPJ nº 065.494.814-30.

Na qualidade de procurador(a)/intermediário(a) do beneficiário (a) Paula

da Paz da Santos do sinistro de DPVAT da natureza Invalidez

da vítima Paula da Paz da Santos, e conforme

determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações solicitadas:

Profissão: recebeiro Renda Mensal: R\$ novem

Documentos comprobatórios: _____

Alex Sandro da Silva Menezes

ASSINATURA – PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO





Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1- ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	2- CNES
3- ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DEOCLECIO MARQUES DE LUCENA	4- CNES 3515168

Identificação do Paciente

5- PACIENTE ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS	6- NÚMERO DO PRONTUÁRIO 141983		
7- CARTÃO NACIONAL SUS 708 0048 7992 1025	8- DATA DE NASCIMENTO 18.02.1985	9- SEXO MASCULINO () FEMININO (X)	10- RAÇA/COR
11- NOME DA MÃE FRANCISCA DA PAZ DOS SANTOS	12- TELEFONE DE CONTATO		
13- NOME DO RESPONSÁVEL GENILZA DA PAZ DOS SANTOS - (IRMÃ)	14- TELEFONE DE CONTATO (84) 9-9921-9417		
15- ENDEREÇO (RUA, Nº) RUA JOAO PAULO II, 1380			
16- MUNICÍPIO NATAL	17- BAIRRO N.S. APRESENTAÇÃO	18- UF RN	19- CEP

Justificativa de Internação

20- PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <i>fratura de fíbula distal</i>	PROTOCOLO RECEBIDO 05 FEV 2016 NEM REGULADOR		
21- CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <i>tratamento cirúrgico</i>			
22- PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS) <i>Exame físico + RX</i>			
23- DIAGNÓSTICO INICIAL	24- CID 10 PRINCIPAL <i>S82.3</i>	25- CID 10 SECUND.	26- CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

Procedimento Solicitado

27- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Var. cirúrgica fratura fíbula distal</i>	28- CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <i>040805000</i>		
29- CUNHA <i>OK</i>	30- CARACTER DA INTERNAÇÃO <i>URG</i>	31- DOCUMENTO () CNS () CPF	32- Nº DO DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
33- NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE <i>Fabio Henrique Freire</i>	34- DATA DA SOLICITAÇÃO <i>30.01.2015</i>	35- ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL DO CONSELHO <i>Fabio Henrique Freire</i> CRM 5004 - TEP 13.87	

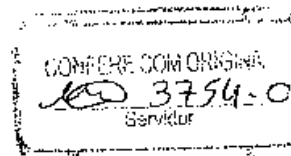
Preencher em caso de causas externas (acidentes ou violência)

36- () ACIDENTE DE TRÂNSITO	38- CNPJ DA SEGURADORA	40- Nº DO BILHETE	41- SÉRIE
37- () ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO	42- CNPJ DA EMPRESA	43- CNAE DA EMPRESA	44- CBO
39- () ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO			
45- VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO			

Autorização

46- NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	47- COD. ORGÃO EMISSOR	52- Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
48- DOCUMENTO () CNS () CPF	49- Nº DO DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
50- DATA DA AUTORIZAÇÃO	51- ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO	

DOCUMENTO 4 *T4%*





PRONTUÁRIO DE INTERNAÇÃO

ORTOPEDIA	CLÍNICA CIRÚRGICA	CLÍNICA MÉDICA	CLÍNICA PEDIÁTRICA
ENFERMARIA 2ª		PRONTUÁRIO 141983	
DATA 30/11/2015	HORA 19:20	CATEGORIA	GIH
PACIENTE ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS			DATA DE NASCIMENTO 18.02.1985
ESTADO CIVIL SOLTEIRA		PROFISSÃO APOSENTADA	
ENDEREÇO (RUA, Nº) RUA JOAO PAULO II, 1380			
MUNICÍPIO NATAL	BAIRRO N.S. APRESENTAÇÃO	UF RN	CEP
LOCAL DE TRABALHO			TELEFONE
FILIAÇÃO FRANCISCA DA PAZ DOS SANTOS			
RESPONSÁVEL GENILZA DA PAZ DOS SANTOS - (IRMÃ)			TELEFONE (84) 9-9921-9417
ENDEREÇO O MESMO			

DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO

DATA DE ADMISSÃO

ALTA 1111215

HISTÓRIA CLÍNICA

3 semanas de lesão de perna
Em uso de fixador externo transcutâneo
em nível distal

Aduçada p/ trat cirúrgico definitivo

30/11/15

Dr. Paulo H. Pires
Ortopedia e Traumatologia
CRM 5884 - TEOT 13187

ALTA Hospitalar

PROTÓCOLO
RECEBIDO
05 FEV 2016
LEI REGULADORA

Dr. Carlos Alberto de Lima
Ortopedia - Traumatologia
Perito em Traumatologia
CRM 2108 - TEOT 5881
CPF: 168.204.804-12

CONFERE COM ORIGINAL

3754-0
Servidor



Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL DEOCLECIO MARQUES DE LUCENA - CNES 3515168
PARNAMIRIM - RN

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA Nº 59 ORT

SERVIDOR RESPONSÁVEL (PSA)

HDSF

MATRICULA

979929

DATA

30/11/2015

HORA

18:45

DADOS DO PACIENTE

PACIENTE

ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

MASCULINO

FEMININO

NACIONALIDADE

BRASILEIRA

DATA DE NASCIMENTO

18/02/1985

IDADE

31

RELIGIÃO

RAÇA/COR

ESCOLARIDADE

ESTADO CIVIL

SOLTEIRA

PROFISSÃO

APOSENTADA

TELEFONE

84 991137196

NOME DA MÃE

FRANCISCA DA PAZ DOS SANTOS

NOME DO PAI

CPF

RG

2.493.909

ORG. EXP.

UF

RN

CARTÃO DO SUS

708 0048 7992 1025

ENDEREÇO

RUA JOAO PAULO II 1380

COMPLEMENTO

A

BAIRRO

MUNICÍPIO

NOSSA SEN DA APRESENTAC

NATAL

UF

RN

CEP

59114-150

RESPONSÁVEL OU ACOMPANHANTE

PARENTESCO

TELEFONE

9 9921-9917

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

FORMA DE ENCAMINHAMENTO

() Regulado () SAMU () Demanda Espontânea

MOTIVO

QUEIXA PRINCIPAL

FLUXOGRAMA

DESCRIMINADOR

DOENÇAS PREEXISTENTES

ALERGIAS

PESO:

ALTURA:

SSV:

FC:

FR:

T:

SQ2:

PA:

GLICEMIA:

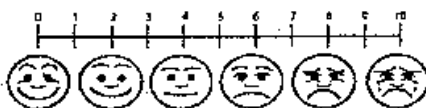
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL

COREN

DATA

HORA

ESCALA DE INTENSIDADE DA DOR:



PRIORIDADE

○ AZUL

● VERDE

○ AMARELO

○ LARANJA

○ VERMELHO

ACOLHIMENTO

COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

- ☐ SALA VERMELHA
- ☐ URGÊNCIA
- ☐ ORTOPEDIA
- ☐ CONSULTA MÉDICA
- ☐ BUCOMAXILO
- ☐ PEQUENA CIRURGIA
- ☐ ACIDENTE DE TRABALHO
- ☐ VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
- ☐ QUEDA
- ☐ OUTROS

Abertura

Ocular

Resposta

Verbal

Resposta

Motora

Esponânea

A voz

A dor

Nenhuma

Orientada

Confusa

Palavras inapropriadas

Palavras incomprensíveis

Nenhuma

Pede comandos

Localiza dor

Movimento de retirada

Flexão anormal

Extensão anormal

Nenhuma

HISTÓRIA CLÍNICA

18 dias de fratura da perna

EXAME FÍSICO

CONFERE COM ORIGINAL

3754-0

Servidor

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA

fratura da perna





HOSPITAL REGIONAL DEOCLÉCIO MARQUES DE FÁRIA
SERVIÇO DE ENFERMAGEM EM CENTRO CIRÚRGICO

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM - CENTRO CIRÚRGICO

HEMOTRANSFUSÃO:						
() Hemoconcentrada _____ Unid.	() Plasma _____ Unid.	() Plaquetas _____ Unid.				
() Albumina _____ Unid.	() Expansor plasmático _____ Unid.					
MEDICAÇÕES UTILIZADAS						
_____ h:	_____ h:	_____ h:				
_____ h:	_____ h:	_____ h:				
_____ h:	_____ h:	_____ h:				
HIDRATAÇÃO VENOSA						
() Soro Fisiológico: _____ ml	() Soro Ringer Simples: _____ ml	Quantidade total de volume administrado: _____				
() Soro Glicosado: _____ ml	() Soro Ringer Lactato: _____ ml					
ANATOMO PATOLÓGICO						
() Não () Sim Peça: _____	Peça para sepultamento: () Não () Sim					
Swab para cultura: _____	Líquido: _____					
CURATIVOS E IMOBILIZAÇÕES						
FO de aspecto: () limpo () c/exsudato () Contaminada () Aparelho gessado () Bandagens () Talas () Outros: _____						
INTERCORRÊNCIAS: 09:35 REALIZADO ESTUDO DE FIXAÇÃO DE TATUAGEM EM INTERCORRÊNCIA DA PÓS DEQUE AD. CUIDADOS DA ENFERMAGEM.						
Ass: LUCIANA Coren: 322-633						
CONDIÇÕES DO PACIENTE AO TÉRMINO DO PROCEDIMENTO						
Nível de consciência: () Consciente () Inconsciente () Narcose () Coma () Vigil () Agitado						
Respiratório: () Intubado () Extubado () Cânula de Guedel () O ₂ ambiente Curativo: () Oclusivo () Compressivo () Bolsa de colostomia () Outro: _____						
Diurese: () Espontânea () Normal () Hematúria () Irrigação Vesical () Oligúrico Destino após a cirurgia: 220						
UNIDADE DE RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICA - CONDIÇÕES DO PACIENTE NA ADMISSÃO						
Hora: 09:40 Data: 04/12/15 Nível de consciência: () acordado () Sonolento () Narcose () Orientado						
() Desorientado () Agitado () Choro Vias aéreas: () Intubado () Extubado () cânula de Guedel () Cateter O ₂ () O ₂ Ambiente						
Mobilização MMII: () Normal () Diminuída () Sem mobilidade Mobilização MMSS: () Normal () Diminuída () Sem mobilidade						
Venoclise: () Não () Sim Tipo: DVP Local: MSE Sondas: () Gástrica () Enteral () Vesical						
Drenos: () Sucção () Torácico () Penrose () Kherr Ostomias: () Sim () Não Especifique: _____						
Irrigação vesical contínua: () Retorno satisfatório () Retorno insuficiente () Coágulos						
Curativo: () Oclusivo () Descoberto () limpo () Selo Monitorização: () ECG () Oxímetro () PA						
INTERCORRÊNCIAS NA URPA () Náuseas () Vômitos () Sangramento () Dor () Bexigoma () Alteração PA () Alteração FC						
Relate: _____						
SINAIS VITAIS						
Hora	T°C	P	PA	FR	Sat.%	Dor
Admissão						
30'						
60'						
Alta						
Líquidos administrados na URPA:						
Soro glicosado: _____ ml						
Soro Fisiológico: _____ ml						
Ringer: _____ ml						
Irrigação vesical contínua: _____ ml						
CONFERE COM ORIGINAL 3754-0 Servidor						
Medicações administradas URPA:						
Hora	Medicação	Dose	Via	Assinatura		
Eliminações:						
Diurese					Retorno Gást.	Drenagem
Recebido da SO					Retorno da Irrigação	
Desprezado URPA						
EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM/INTERCORRÊNCIAS: 09:35 - bem inte. Condições em andamento da parte o R, Clínica ortopédica						
Ass: JESSE Coren: 118665						



Serviço de Anestesiologista e Gasoterapia

Hospital				Enfermaria	Leito	Nº prontuário	
Nome				Idade	Sexo	Cor	
Data	Pressão arterial	Pulso	Respiração	Temperatura	Peso	Outros	
Tipo sanguíneo	Hemalias	Hemoglobina	Hematócrito	Glicemia	Urela		
	Urela					Asma	Bronquite
Ap. respiratório					Eletrocardiograma		
Ap. circulatório					Ap. urinária		
Ap. digestivo			Dentes	Pescoço			
Estado mental			Atarácicos	Corticoides	Alergia	Hipotensores	
Diagnóstico pré-operatório					Estado físico		
Anestesias anteriores					Risco		
Medicação pré-anestésica				Aplicada às	Efeito		
Agentes Anestésicos							
Líquidos							
Oper							
Anest.							
Q Resp.							
P Pulso							
260							
250							
240							
230							
220							
210							
200							
190							
180							
170							
160							
150							
140							
130							
120							
110							
100							
90							
80							
70							
60							
50							
40							
30							
20							
10							
SIMBOLOS							
E							
ANOTAÇÕES							
POSIÇÃO							
Agentes							
Técnica							
Operação							
Cirurgiões							
Anestestistas							
Observações							
Anotar no verso as complicações pré-operatórias, operatórias e pós-operatórias							
Perda sanguínea							

CONFERE COM ORIGINAL

MO 3754-0



[Faint, mostly illegible text from a scanned document, possibly a table or list of items.]



HOSPITAL REGIONAL DE CLÉCIO MARQUES DE LUCENA
SERVIÇO DE ENFERMAGEM EM CENTRO CIRÚRGICO

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM - CENTRO CIRÚRGICO

Nome: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS Idade: 30 D/N: 18/02/1985
Pront.: 141983 Município: NATAL Procedência: ☒ Interno () Externo
Data da cirurgia: 09/12/15 Hora Admissão: Bloco: 0740 Sala: 01 Hora Saída: 14:00 Peso: 55
Alergias: ☒ Não () Sim Comorbidades: () HAS () DM () Outras
Uso de medicações: ☒ Não () Sim Jejum: () Não ☒ Sim
SSVV Admissão: PA: 110 mmHg Pulso: 70 bpm FI: 95 rpm FC: 95 bpm SpO₂: 98 % T: 36 °C
Enfermeiro(a): LIDIANE Instrumentado(a): Pamela Circulante: Ana Paula
Cirurgia: TTCirurgia fratura fêmur Especialidade: ORTOPEDIA Sala: 01
Hora Início: 09:15 Hora Término: 14:00 Tipo de cirurgia: ☒ Eletiva () Urgência () Umpa () Contaminada () Infectada
1º Cirurgião: Dr. Rogério Aux.: Dr. Alípio Residente: Dr. Alípio
Anestesia: () Local ☒ Sedação () Geral TOT: 09:00 () Bloqueio () Araquidiana Ag. nº 27 () Peridural () c/cateter () s/cateter
Ag. nº 09 Cateter nº: 09 Garrote: ☒ Smark () Pneumático Início: 09:05 Término: 14:00
Anestesiologista: Dr. Rosa

NEUROMUSCULAR	PELE/HIGIENE	CARDIOVASCULAR/ RESPIRATÓRIO	DISPOSITIVOS	MONITORIZAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> Consciente	<input checked="" type="checkbox"/> Normocorada	<input checked="" type="checkbox"/> Normotenso	<input checked="" type="checkbox"/> Jelco	<input checked="" type="checkbox"/> ECG
<input type="checkbox"/> Letárgico	<input type="checkbox"/> Hipocorada	<input type="checkbox"/> Hipotensão	<input type="checkbox"/> Acesso V. Central	<input checked="" type="checkbox"/> Oximetria
<input type="checkbox"/> Coma	<input type="checkbox"/> Cianótica	<input type="checkbox"/> Hipertensão	<input type="checkbox"/> Cat. Diálise	<input type="checkbox"/> Capnógrafo
<input checked="" type="checkbox"/> Orientado	<input type="checkbox"/> Ictérica	<input checked="" type="checkbox"/> Normocárdico	<input type="checkbox"/> Fístula	<input checked="" type="checkbox"/> PA
<input type="checkbox"/> Desorientado	<input type="checkbox"/> Desidratada	<input type="checkbox"/> Bradicardia	<input type="checkbox"/> Arteriovenosa	<input type="checkbox"/> Estimul. Nerv.
<input type="checkbox"/> Sedado	<input type="checkbox"/> Integra	<input type="checkbox"/> Taquicardia	<input type="checkbox"/> SNG	<input type="checkbox"/> Diprífusor
<input type="checkbox"/> Ansioso	<input type="checkbox"/> C/lesões	<input type="checkbox"/> Choque	<input type="checkbox"/> SVD	<input type="checkbox"/> BIC
<input type="checkbox"/> Deambula	<input type="checkbox"/> Sudorese	<input type="checkbox"/> Normoesfígmico	<input type="checkbox"/> Colostomia	<input type="checkbox"/> Desfibrilador
<input type="checkbox"/> t/dificuldade	<input type="checkbox"/> Cicatriz cirúrgica	<input type="checkbox"/> Eupnéia	<input type="checkbox"/> Cistostomia	
<input type="checkbox"/> Acamado	<input type="checkbox"/> Higiene Satisfatória	<input type="checkbox"/> Dispneia	<input type="checkbox"/> Dreno	
<input type="checkbox"/> Paraplégico	<input type="checkbox"/> Higiene deficiente	<input type="checkbox"/> Dispositivo O ₂	<input type="checkbox"/> Aparelho gessado	
<input type="checkbox"/> Tetraplégico	<input type="checkbox"/> Manchas		<input type="checkbox"/> Tração	
<input type="checkbox"/> Amputações	<input type="checkbox"/> S/Tricotomia		<input type="checkbox"/> Talas	

SINAIS VITAIS	Início	Meio	Fim	Unid.
FC	62	62		Bpm
Pulso	60	61		Bpm
Oximetria	98	98		%
Capnografia				%
PA	114/6	114/7		mmHg

ACESSO VENOSO

☐ Punção Arterial

☐ Punção Venosa Periférica

☐ Punção Venosa Central

☐ Dissecção venosa

Local: Saio na HVP

Cateter: 09

SONDAGEM GÁSTRICA

☐ SNG nº 09

Retorno: 09

CATETERISMO VESICAL

☐ SVF nº 09 ☐ SVA nº 09

Diurese: 09

Profissional responsável: 09

EXAMES SOLICITADOS:

() Hemograma () Gasometria

() Coagulograma () Outros

() Tipagem Sanguínea () Glicosimetria

☒ Radioscopia (Raio X)

POSICÃO	COXIM	MMSS
<input checked="" type="checkbox"/> Dorsal	<input type="checkbox"/> Cabeça	<input type="checkbox"/> Anatômicos
<input type="checkbox"/> Ventral	<input type="checkbox"/> Pescoço	<input type="checkbox"/> Abduzidos
<input type="checkbox"/> Lateral	<input type="checkbox"/> Tórax	<input type="checkbox"/> Fletidos
<input type="checkbox"/> Litotômica	<input type="checkbox"/> Lombar	<input type="checkbox"/> MMII
<input type="checkbox"/> Trendlemburg		<input type="checkbox"/> Anatômicos
<input type="checkbox"/> Canivete		<input type="checkbox"/> Abduzidos
<input type="checkbox"/> Proclive		<input type="checkbox"/> Fletidos

PLACA DO BISTURI ELÉTRICO

() Sim ☒ Não () Metal () Descartável

Local: 09

DEGRADAÇÃO

☒ Sim () Não

Local: 09 Solução: 09 Local: 09

IMPLANTE CIRÚRGICO

Drenos: 09

Tela: 09

Cateter: 09

Ostomia: 09

Fio de KC: 09

Placa - Tipo: 09

Outros: 09

ASPECTOS DO MATERIAL CIRÚRGICO

Caixa cirúrgica: 09 Quant. Material: 09

Val.: 09 Contagem de gaze e compressa: () Não () Sim







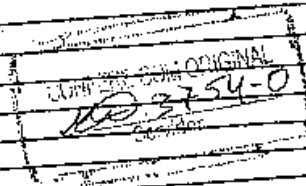
Nome do paciente		Hospital		Nº prontuário	
Data operação		Ent.		Letto	
Operador		1º auxiliar		Instrumentador	
2º auxiliar		3º auxiliar		Tipo de anestesia	
Anestesiologista		Diagnóstico pré-operatório		Tipo de operação	
Diagnóstico pós-operatório		Relatório imediato do patologista		Exame radiológico no ato	
Acidente durante a operação					

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de acesso - tática e técnica - ligaduras - drenagem - sutura - material empregado - aspecto - víceras

- 1) Descolamento da pele no abdome superior + face esquerda
- 2) Preparação e antissepsia
- 3) Anestesia local operatória
- 4) Incisão na pele a 2 cm da linha média, drenagem por sonda, pedículo
- 5) Incisão da pele, drenagem por sonda, pedículo
- 6) Anestesia local operatória
- 7) Incisão da pele, drenagem por sonda, pedículo
- 8) Anestesia local operatória
- 9) Incisão da pele, drenagem por sonda, pedículo
- 10) Anestesia local operatória
- 11) Incisão da pele, drenagem por sonda, pedículo

Dr. Fernando Gomes de Almeida
Cirurgião Geral
CRM - RJ - 01.11750



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.493.909

NOME ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

DATA DE EXPIRAÇÃO 18.07.2003

FILIAÇÃO Luiz Januário Filho
Francisca da Paz dos Santos

POÇO BRANCO/RN

18.02.1985

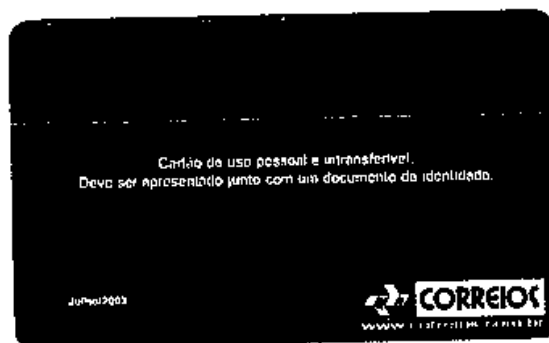
DATA DE NASCIMENTO

C/Nasc. 10.489 Liv. A-21 Fls. 34v

DOC. ORIGEM

Cart. de Poço Branco/RN

CPF



PROTOCOLO
RECEBIDO
05 FEV 2016
JEM REGULADORA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 DEPARTAMENTO NACIONAL DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITACAO

NOME: ALEX SANDRO DA SILVA MORENO MOREIRA

8049072 ITP RN

CPI 065.494.814-30 DATA NASCIMENTO 28/12/1989

FILIAÇÃO ALEXSANDRO MORENO MOREIRA EVANEIDE FERREIRA DA SILVA

PERMISSÃO ACC CATEGORIA AD

Nº REGISTRO 1-022 VALIDADE 09/06/2018 1ª HABILITAÇÃO 03/02/2009

OBSERVAÇÕES

EXEPEC ATIV REMUNERADA;

ALEX SANDRO DA SILVA MORENO MOREIRA

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL NATAL, RN DATA EMISSAO 14/08/2013

13815805666 RN701757830

[illegible]

RECIBIDO
14 ABR 2016
JEM REGULADORA



JUSTIFICATIVA DA FALTA DE PRONTUÁRIO COMPLETO

Eu, Rosilda da Paz dos Santos, brasileiro (a),
portador do Rg nº 2.493.909 e CPF 061.000.304-62
residente e domiciliado (a) rua João Paulo
Bairro S. Inconsciente Município Natal, venho perante a
seguradora Líder dos consórcios, afirmar que não tenho nenhum desses documentos
exigidos pela seguradora Líder.

1. Relatório de tratamento com indicações das lesões produzidas pelo trauma, datas e locais de tratamento realizados (clínicos, cirúrgicos e fisioterápicos) e data de conclusão do tratamento.

Venho por essa declarar que não tenho nenhum desses documentos acima citados. Pois devidos muitos problemas não fiz o tratamento por completo e nem tenho condições de fazer.

Espero que os senhores compreendam a minha situação e assim possa dar prosseguimento ao meu processo concluindo com a MARCAÇÃO DE PERÍCIA para confirmar minhas sequelas.

Local _____ Data _____

Atenciosamente

Rosilda da Paz dos Santos



DOCUMENTO 6 *T6%*



DOCUMENTO 1 "T196"



Sra Rosilda da Paz dos Santos

CPF-064.000-304-62

REANALISE

Afirmo para seguradora lider
que Afirmo (não desisti) o Processo do DPVAD
de numero 3160094303 como correio um

E AQUIVO AQUI. Pais fui informada que
alguém que informou a desistência
do processo eu estou com graves lesões
qui a quando a marcação da minha
perícia o mais marido paraisel pais na
passo me locomoverem pais todo com dores
e incomodo, por fazer marcar quem a minha
perícia, pais eu não desisti do processo a
forma alguma. Além do mais sou deficiente
auditiva fiz cirurgia com o que
difícil ainda mais.

PROTOCOLO
RECEBIDO
04 JUL 2016
JEM REGULADORA

Ar: Rosilda da Paz dos Santos
Rosilda da Paz dos Santos

Cartório Único de Igapó



NATAL CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO DE IGAPÓ
Praça São Vicente Paulo, 172 - Igapó - Natal/RN - CEP: 59.064-010
Tel/Fax: (84) 3214-6810

RECONHEÇO por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de: ROSILDA
DA PAZ DOS SANTOS. Valido somente para autenticação

Op. 15
Embr. R\$2,34

NATAL/RN, 17 DE JUNHO DE 2016.
Alberto Magalhães M. de Moura - Escrivão Autorizado





PROCURAÇÃO

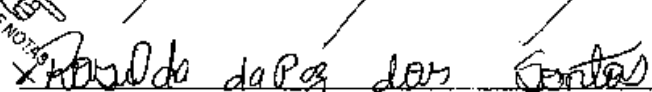
OUTORGANTE

NOME:	ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS
NACIONALIDADE:	Brasileira
PROFISSÃO:	Autônoma
IDENTIDADE:	2.493.909
ENDEREÇO:	Rua João Paulo nº 1380

OUTORGADO


NOME:	Alex Sandro de Silva Moura Moura
NACIONALIDADE:	Brasileiro
PROFISSÃO:	autônomo
IDENTIDADE:	8049072
ENDEREÇO:	Rua Rio Tocantins nº 86 Extremoz/RN

Pelo presente instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e outorgado, acima qualificado, a quem confio poderes para representar-me perante as SEGURADORAS que constitui o CONSÓRCIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.

Natal - RN 02.02.2016
LOCAL E DATA


ASSINATURA DO OUTORGANTE

(RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE)

	4º Ofício de Notas Av. Engenheiro Roberto Freire, 2028 - Shopping Oásis Andara - Centro - Natal - RN - CEP 59065-420 - Natal - RN Fone: (51) 3212-2000 - Fax: (51) 3212-2004	<small>Paralelo: Manoel de Fátima Patrícia Sampaio - Hugo Ricardo Sampaio - Wladimir Sampaio Sampaio</small>
Reconheço AUTÊNTICA a firma de ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS, assinada na presença. Dou fé, Natal, 2 de Fevereiro de 2016, da verdade.		
Em testemunho Tabela (e) Substituto *VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE		



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): **ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS** Sinistro: **3160091103** Data: **05/11/2015**

Endereço do(a) Examinado(a): **Rua João Paulo II, 1380, a - Nossa Senhora da Apresentação - Natal - RN - CEP 59114-150**

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [**ITEP /RJ**] **2.493.909**

Data local do exame: [**19/07/2016**] **Natal**

[**RN**]

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)
TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO. FRATURA EXPOSTA DA EXTREMIDADE DISTAL DA TÍBIA DIREITA. . AO EXAME, MARCHA CLAUDICANTE, EDEMA MODERADO E LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE FLEXOEXTENSÃO DO TORNOZELO DIREITO. HIPOTROFIA MUSCULAR DA COXA E PANTURRILHA DIREITAS.

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(*)), se necessário

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(*))

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.
RECEBEU FIXADOR EXTERNO. NÃO FEZ FISIOTERAPIA.

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)? [**X**] Sim [] Não

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

Limitação funcional do membro inferior direito

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em ____ dias

() "Exame não permite conclusão"

Vide motivo do impedimento no campo das observações

() "Sem sequela permanente" (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

Membro inferior direito

% do dano: () 10% residual (**X**) 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).

() Total = "100% da IS"

V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Rosa Maria Vaz dos Santos

Rosa Maria Vaz dos Santos - CRM: 2109 - RN



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3160091103 **Cidade:** Natal **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS **Data do acidente:** 05/11/2015 **Seguradora:** ARUANA SEGUROS S/A

PARECER

Diagnóstico: TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO. FRATURA EXPOSTA DA EXTREMIDADE DISTAL DA TÍBIA DIREITA.

Descrição do exame médico pericial: AO EXAME, MARCHA CLAUDICANTE, EDEMA MODERADO E LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE FLEXOEXTENSÃO DO TORNOZELO DIREITO. HIPOTROFIA MUSCULAR DA COXA E PANTURRILHA DIREITAS.

Resultados terapêuticos: RECEBEU FIXADOR EXTERNO. NÃO FEZ FISIOTERAPIA.

Sequelas permanentes: Limitação funcional do membro inferior direito

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 19/07/2016

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: Rosa Maria Vaz dos Santos

CRM do médico: 2109

UF do CRM do médico: RN

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

PRESTADOR

ACE Gestão de Saúde Ltda.

Médico revisor: LUCIA ANTUNES CHAGAS

CRM do médico: 52.95117-0

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:







13/01/2021

Número: **0810067-93.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **23ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **17/03/2020**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS (AUTOR)		LARISSA DE OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO)	
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais (RÉU)		WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54345248	17/03/2020 10:44	Petição Inicial	Petição Inicial
54345252	17/03/2020 10:44	adm	Documento de Comprovação
54345253	17/03/2020 10:44	bo	Documento de Identificação
54348462	17/03/2020 10:44	adm	Documento de Comprovação
54351398	17/03/2020 10:44	procuração	Procuração
54351399	17/03/2020 10:44	samu	Documento de Comprovação
54354075	17/03/2020 10:44	docs do hospital	Documento de Comprovação
54354072	17/03/2020 10:44	docs do hospital2	Documento de Comprovação
54354070	17/03/2020 10:44	prontuario cirurgico 1	Documento de Comprovação
54354068	17/03/2020 10:44	prontuario cirurgico 2	Documento de Comprovação
54354076	17/03/2020 10:44	OAB ITAMAR	Documento de Comprovação
54516305	23/03/2020 13:09	Decisão	Decisão
54603991	26/03/2020 08:48	Intimação	Intimação
58709647	15/08/2020 10:11	Citação	Citação
59638527	09/09/2020 19:24	Diligência	Diligência
59638528	09/09/2020 19:24	PORTO SEGURO 0810067.93.2020 ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS	Outros documentos
60495315	23/09/2020 11:43	CONTESTAÇÃO	Petição
60495326	23/09/2020 11:43	CONTESTAÇÃO - ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS X PORTO SEGURO	Contestação
60495980	23/09/2020 11:43	Parecer ADM	Documento de Comprovação
60495327	23/09/2020 11:43	Kit Seg. Líder Atualizado - Parte 1	Outros documentos



60495 328	23/09/2020 11:43	Kit Seg. Líder Atualizado - Parte 2	Outros documentos
60495 979	23/09/2020 11:43	Kit Seg. Líder Atualizado - Parte 3	Outros documentos
60495 981	23/09/2020 11:43	Portaria SUSEP 34 02 08 2016 - Mudança de Razão Social Seguradora Líder-...	Outros documentos
60495 982	23/09/2020 11:43	PROCURAÇÃO SEGURADORA LIDER	Procuração
60495 985	23/09/2020 11:43	Subs Consorciadas red	Substabelecimento
60495 986	23/09/2020 11:43	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	Outros documentos



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DE UMA DAS VARAS
CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL/RN, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.**

ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS, brasileira, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.000.304-62, portadora do RG: 002.493.909 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, nº 1380-A, Nossa Senhora da Apresentação, Natal/RN CEP 59114-150, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada, legalmente constituída, conforme procuração em anexo, com escritório profissional na Rua Edgar Dantas, s/nº454-C, Santos Reis, Parnamirim/RN, local onde deverá receber todas as intimações de praxe, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 3

Em desfavor da **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, com inscrição do CNPJ sob o nº 02.149.205/0001-69, com endereço para receber citação e intimação na Avenida Prudente de Moraes, 4055, Lagoa Nova, Natal/RN. CEP: 59056-200, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

1. Inicialmente requer os benefícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, bem como pelo fato de que se tivesse que arcar com as custas e emolumentos judiciais encontrar-se-ia em estado de miserabilidade. Tudo com inteligência na Lei 1.050/60 e suas concomitantes legais.

II - DOS FATOS E DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2. O Autor foi vítima de acidente automobilístico na Avenida Santarém, Nossa Sra. da Apresentação Natal/RN. O fato ocorreu no dia **05 de Novembro de 2015**, conforme denota sobeja documentação em anexo. Em decorrência desse trágico acidente o Requerente teve **TRAUMA NA TÍBIA**.

3. Insta salientar que o Autor requereu o seguro DPVAT na via administrativa, mas foi pago indevidamente, pois a indenização foi menor do que prescreve na tabela do Seguro DPVAT.

-

4. Sendo assim, o Suplicante munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico, vem requerer de direito o seguro DPVAT.

III - DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM:



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 4

5. O Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.

6. No caso em comento, é de direito do autor perceber uma indenização por danos pessoais, ante a seu estado de incapacidade parcial, em caráter permanente, em decorrência aos danos causados pelo acidente, visto que teve fratura do pé e punho direito.

IV - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM: -----

5. O art.7º da Lei nº 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes ao seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no pólo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

6. Nesse sentido também dispõe a Resolução CNSP 154/2006:

“Art. 5º (...) §6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas. §7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.”

7. Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte do Consórcio do Seguro DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 5

8. Quanto à legitimação passiva, mostra-se dirimida qualquer sombra de dúvidas, de sorte que qualquer seguradora, que atue no Consórcio do Seguro DPVAT, formados pela reunião das empresas seguradoras e geridos pela seguradora Líder, poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

V- DA DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO (REQUERIMENTO)

ADMINISTRATIVO.

-

9. A Lei nº 6.694/74(Instituto de Seguro Obrigatório- DPVAT), alterada pela Lei nº 11.945/2009, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, para pleitear o percebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do Consórcio do Seguro DPVAT, para tal fim.

10. É que os comandos legais acima elencados foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente na questão em consonância com os princípios básicos estabelecidos e previstos dentro dos direitos e garantias fundamentais, tais como: O princípio da legalidade, inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

11. O princípio da legalidade registra de forma sintética que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. Para tanto, o princípio em questão serve de orientação para o legislador infraconstitucional, bem como aos cidadãos que estão sobre o prisma da carta constitucional. O princípio da legalidade mostra-se como preceito fundamental ao estado democrático da direito, ao tempo que estabelece freios ao poder do Estado, em sua relação com o cidadão.

12. Já o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional, atribuída constitucionalmente ao poder judiciário, aduz que nenhuma norma legal ou outro ato normativo poderá fazer frente ou obstacularizar a atividade legítima do poder judiciário, na apreciação de lesão ou ameaça de lesão ao direito, sob pena de flagrante inconstitucional.



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 6

13. Neste sentido, o ilustre doutrinador Alexandre de Moraes, registra palavras a respeito da inexistência condicionada ou instância administrativa de curso forçado, aduzindo:

"Inexiste obrigatoriedade de esgotamento da instância administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A Constituição de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial, uma vez excluiu a permissão, que a emenda constitucionalidade n.º 7 há constituição anterior estabeleceu, de que a Lei condicionar-se o ingresso em juízo a exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao judiciário." (EM DIREITO CONSTITUCIONAL, 156 Ed, São Paulo).

14. Pois bem, neste sentido andou bem a lei já mencionada que instituiu o DPVAT, sendo certo que a inexistência de prévio pleito administrativo está de acordo com os princípios basilares elegidos pelo poder constituinte originário, ao passo que qualquer forma de exigência a prévio esgotamento de via administrativa mostra-se ilegal e manifestamente inconstitucional.

15. É também o entendimento dos nossos Tribunais, ou seja, da desnecessidade de requerimento administrativo para pleitear a Ação de cobrança do seguro DPVT, vamos a eles:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. **DESNECESSIDADE. PRINCÍPIO DO AMPLO ACESSO AO JUDICIÁRIO. ART. 5º, XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTES. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO APELO. O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculiza o ingresso em juízo, Art. 5º, XXXV, da nossa



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 7

Carta Magna. (Apelação Cível nº 2009.006430-0, julgamento em 18/08/2009, 2ª Câmara Cível, Relatora: Juíza Maria Zeneide Bezerra (Convocada)) (grifos acrescidos)

"CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PRELIMINAR NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO SUSCITADA PELO APELADO. REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA REJEITADA. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. TRANSFERÊNCIA PARA O MÉRITO. MÉRITO: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR. INVALIDEZ PERMANENTE DO PUNHO ESQUERDO. INTERESSE DE AGIR AMPLAMENTE DEMONSTRADO. DESNECESSIDADE DE PLEITO ADMINISTRATIVO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. COMPROVAÇÃO DO FATO, DO DANO E DO NEXO DE CAUSALIDADE – INDENIZAÇÃO EM PERCENTUAL DO VALOR MÁXIMO LEI 6.194/74, NA REDAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA. PRECEDENTES. DESPROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS." (Apelação Cível nº 2009.013139-5, julgamento em 23/03/2010, 2ª Câmara Cível, Relator: Des. Aderson Silvino) (grifos acrescidos)"

9. Fica claro a desnecessidade de requerimento administrativo para se pleitear a Ação de Cobrança do DPVAT.

VI - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:

10. Anota o Art.5.º da Lei 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

“ Art. 5.º - O pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 8

11. Destarte, o§1.º, “a” do mesmo artigo, alterado pela Lei 8.441/92. Assevera que a indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

- a) *Certidão de Óbito*
- b) *Registro de Ocorrência no Órgão Policial competente*
- c) *Prova de qualidade de beneficiários em caso de morte.*

12. Reforçando a ideia do artigo acima citado pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

“Art. 7.º-A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

13. Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

14. Independente do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

“STJ. Súmula 257:A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 9

15. Sendo assim, é incontroverso a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

VII - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DESDE 29.12.2006, DATA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 340, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI Nº 11.482/2007:

-

16. A Medida Provisória nº340 de 29 de dezembro de 2006, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, apenas transformou os 40 (quarenta) salários mínimos em reais, chegando ao valor de R\$ 13.500,00, sem prever a forma de atualização monetária. Para evitar que a indenização amargue, ano após ano, os efeitos da corrosão da moeda, até que se torne irrisória, existe a necessidade que o referido valor seja corrigido desde o dia 29/12/06.

17. Tal incidência decorre do fato da indenização não mais ser calculada com base no salário mínimo, o qual por si só mantinha-se atualizado, e sim, ter como o seu teto máximo, conforme ditames da Medida Provisória 340/2006, a quantia certa de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este que sofre depreciação inflacionária desde a sua previsão.

18. A atualização monetária serve para recompor o valor da moeda em razão da depreciação inflacionária ocorrente no país. Neste sentido, espera-se que o Judiciário, tendo sempre como norte o caráter eminente social do seguro obrigatório (DPVAT), pacifique o entendimento que esses valores (R\$ 13.500,00 ou R\$ 2.700,00) devem ser atualizados desde a referida MP, mormente levando-se em conta que a atualização monetária não representa nenhum plus, acréscimo, ônus ou penalidade, mas tão somente uma medida para evitar um enriquecimento ilícito à custa das já penalizadas vítimas do trânsito.

-

19. O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná comunga, neste sentido, recentes julgados que pacificaram o entendimento:

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO ESTRANGEIRO - IRRELEVÂNCIA - INDENIZAÇÃO DEVIDA.



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 10

QUANTUM INDENIZATÓRIO CALCULADO CONFORME A EXTENSÃO DA INVALIDEZ DA VÍTIMA - EXEGESE DO ARTIGO ARTIGO 3º, §1º, II, DA LEI 6194/74. **CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE DESDE A VIGÊNCIA DA MP 340/2006** - TETO MÁXIMO INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 13.500,00 - VALOR QUE SOFRE DEPRECIAÇÃO DESDE A SUA PREVISÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE. 1 - Frisa-se que mesmo se tratando de automóvel estrangeiro, a indenização referente a seguro DPVAT é devida. 2 - Tem-se como acertado o valor indenizatório fixado pelo juízo a quo (R\$4.725,00), eis que de acordo com os ditames do artigo 3º, §1º, II, da Lei 6194/74. 3- **No que tange à correção monetária, coaduna-se ao entendimento que para os casos posteriores à Medida Provisória 340/2006, o seu marco inicial deve ocorrer da vigência de tal norma.** Processo: 915183-5 (Acórdão)Relator(a): José Laurindo de Souza Netto Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível Comarca: Foz do Iguaçu Fonte/Data da Publicação: DJ: 943 06/09/2012”

“APELAÇÃO CÍVEL COBRANÇA DO SEGURO DPVAT AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A INSTRUÇÃO DO PROCESSO APRESENTADOS – INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ DA VÍTIMA LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA VALOR DA INDENIZAÇÃO SEGUNDO O GRAU DE REPERCUSSÃO EXEGE DO INCISO II, DO §1º, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - *CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO.* – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - LIMITE PREVISTO PELA LEI Nº 1.060/50 INAPLICABILIDADE. RECUSOS DESPROVIDOS. 1- A inexistência de pedido administrativo não pode levar ao reconhecimento da falta de interesse processual, nem, tampouco, no indeferimento da inicial. 2 Os documentos acostados aos autos demonstram a existência de acidente automobilístico com vítima, sendo, pois, suficientes para embasar a indenização pretendida. 3 – A combinação do artigo 3º, II, com o artigo 5º, §5º, da Lei 6.194/74, que taxativamente limita a indenização do Seguro Obrigatório em "até" R\$13.500,00, permite concluir que o valor da cobertura nos casos de invalidez permanente, varia conforme o grau de incapacidade da vítima. 4 - **Estabelecido que o valor da indenização deve ser calculado com base no valor estabelecido pela MP 340/2006, é a partir sua entrada vigor que deve incidir a correção monetária, vez que nada acrescenta ao capital, apenas recompõe o poder da moeda.** 5 - Sendo vencedora a parte que estava ao abrigo da assistência judiciária gratuita, a fixação de honorários



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 11

advocatícios prevista no artigo 11, § 1º, da Lei nº1.060/50, pode ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento), desde que observadas as regras previstas no CPC, norma geral que prevalece sobre a regra específica contida no mencionado dispositivo. (TJPR - 10ª C.Cível - AC 914227-8 - Londrina - Rel.: Luiz Lopes - Unânime - J.19.07.2012)”

VIII- DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

20. A vigente redação da Lei nº 6.194/74, resultado das modificações oriundas das medidas Provisórias nº 340/2006 (convalidada pela Lei nº11.482/2007) e nº 451/2008 (Lei nº11.945/2009), dispõe que o seguro DPVAT destina-se a indenizar os seguintes danos, nos valores:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...) I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte; II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e III- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidentes e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, **classificando-se a invalidez permanente parcial completa** e incompleta conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o dispositivo abaixo: (Incluído pela Lei 11.945, de 2009). I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura, e (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009). II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funciona na forma prevista no*



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 12

inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).”(grifamos)

21. A tabela a que se refere o dispositivo, agora como anexo à Lei nº 6.194/74, está assim desenhada:

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livres deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
 Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
 Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 13

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
 Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
 Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 14

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10
---------------------------------------------	----

FONTE: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6194.htm#art33

IV - DA PERÍCIA

-

22. Diante da situação fática, se o Douto Julgador entender a necessidade de se fazer Exame Pericial, segue os quesitos que deverão ser respondidos pelo (o) perito (a):

a) Quais as lesões sofridas pelo Autor ?

b) As lesões decorreram de acidente de trânsito?

c) Dessas lesões resultou invalidez permanente de membros, sentido ou função; incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente?

d) Total ou em parte? Havendo, em que percentual?

-

-

X - DOS PEDIDOS

-

23. Por tudo resta acima exposto, requer o Autor, que Vossa Excelência se digne a:

a) Receber a presente ação, deferindo a mesma, os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes e pelos fatos acima mencionados, além disso, impingir a mesmo o rito sumário, conforme disposição expressa do art. 275 e SS do CPC;

b) Determinar a citação da Ré no endereço acima declinado, para que a mesma produza a sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato.



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
 Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
 Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 15

c) Sejam aplicadas as regras da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** em favor do Autor, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: “**a facilidade da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando, a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências**”.

d) Julgar a demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando a Ré a pagar ao Autor o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização do seguro DPVAT, **corrigindo desde a data da Medida Provisória nº340/2006**, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, **acrescido de juros de mora**, em conformidade com as Súmulas 43 e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

e) Que seja condenada a parte Ré aos honorários sucumbência, arbitrados em 20% sob o valor da condenação.

f) Entendendo Vossa Excelência necessidade de perícia, que sejam respondidos os quesitos do item IV.

g) Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos e oitivas de testemunhas, se entender necessário.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 17 de março de 2029.

ITAMAR OLIMPIO DE VASCONCELOS MAIA



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 16

OAB/RN nº 11.925

LARISSA DE OLIVEIRA MAIA

OAB/RN nº 13.421

NÚSIA LEILA FERNANDES DE OLIVEIRA MAIA

OAB/RN nº 13.561



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:21
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710441960500000052364562>
Número do documento: 20031710441960500000052364562

Num. 54345248 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 17



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESED
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPO
DELEGACIA ESPECIALIZADA EM ACIDENTES DE VEÍCULOS - DEAV
Esplanada Silva Jardim, s/n, Ribeira - Natal/RN, ☎ (84) 3232-2533

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL



OCORRÊNCIA N.º 033/2016 LIVRO: 001
DATA DO REGISTRO: 02/02/2016 HORA: 11:24
COMUNICANTE: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS
PROFISSÃO: AGRICULTORA RG. 2.493909 ORG.EXP: SSP/RM CPF: 06100030466
END/RESIDENCIAL: RUA JOÃO PAULO II, 1380º-NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO
PONTO REFERÊNCIA: PRÓXIMO AO SUP. FAVORITO FONE: (84) 99198-4711

HISTÓRICO:

LOCAL/OCORRÊNCIA: AVENIDA SANTARÉM- VIA PÚBLICA
DATA: 05/11/2015 HORA: 21H 04M RESULTOU: MORTE ☐ LESÕES ☒
TIPO: COLISÃO ☐ TOMBAMENTO ☐ CAPOTAMENTO ☐ CHOQUE ☐
ATROPELAMENTO ☒ ABALROAMENTO: ☐ OUTROS: ☐

VEÍCULOS ENVOLVIDOS:

1. Tipo: Marca: Cor: Placa: UF:
Condutor: Idade:
Endereço:
Prontuário: Categoria: UF:
Proprietário:
Endereço:
2. Tipo: Marca: Cor: Placa: UF:
Condutor: Idade:
Endereço:
Prontuário: Categoria: UF:
Proprietário:
Endereço:

1. Vítima: A COMUNICANTE RG: Idade: Naturalidade: Estado civil:
Profissão: Filiação: Endereço:
1. Testemunha: Fone:
Endereço:

HISTÓRICO:

COMPARECEU A ESTA ESPECIALIZADA A PESSOA DA COMUNICANTE, E RELATOU QUE NA DATA, HORA E LOCAL ACIMA MENCIONADOS, AO ATRAVESSAR A AVENIDA VINHA UMA MOTOCICLETA, ORA IDENTIFICADA, QUE ATROPELOU A VÍTIMA E A MESMA VEIO A SOFRER LESÕES CONFORME BAA DE NÚMERO 134339/2015, ORIUNDO DO PRONTO SOCORRO CLÓVIS SARINHO.

DISSE AINDA QUE FORA CONDUZIDA PELO SAMU, CONFORME OCORRENCIA DE NÚMERO 68789/1-2015, ORIUNDO DA SMS.

NADA MAIS DISSE

Rosilda da Paz dos Santos
Assinatura do(a) Comunicante

Francisco Armando Falcão Lins
Assinatura/Catimba Servidor(a)
Francisco Armando Falcão Lins
Agente de Polícia
Mat. 190.961-4
Chefe de Investigação



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:22
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710442164000000052364566>
Número do documento: 20031710442164000000052364566

Num. 54345252 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=210115140709190000000061720770>
Número do documento: 210115140709190000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 18



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:24
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710442291600000052364567>
Número do documento: 20031710442291600000052364567

Num. 54345253 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 19

M&O

Maia | Oliveira

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: Rosilda da Paz dos Santos

NACIONALIDADE: brasileira

ESTADO CIVIL: solteira

PROFISSÃO:

IDENTIDADE: 2.493.909

CPF: 061.000.304-62

ENDEREÇO: R. João Paulo II 1380-A

BAIRRO: Nossa Senhora do Carmo CIDADE: Natal - RN

TELEFONE: 99921-9417 / 99402-9044 / 99198-4711

OUTORGADOS: ITAMAR OLÍPIO DE VASCONCELOS MAIA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 11.925, NÚSIA LEILA FERNANDES DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrito na OAB/RN sob o nº 13.561, LARISSA DE OLIVEIRA MAIA, brasileira, solteira, inscrito na OAB/RN sob o nº 13.421 com escritório profissional na Rua Edgar Dantas, nº 454, "C", Santos Reis, Parnamirim/RN.

PODERES: A quem concedo (ermos) amplos, limpos e ilimitados poderes, para em conjunto ou separadamente, no foro em geral, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, propor em quaisquer medidas preliminares preventivas ou assecuratórias dos nossos direitos e interesses, ingressar judicialmente com ação de cobrança do Seguro DPVAT, requerer e receber junto ao Hospital o Boletim de Primeiro Atendimento e Prontuário Cirúrgico, usando, para tantos os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" e mais os especiais para transpor (em) compromissos, fazer acordo, receber (em), dar (em) quitação, representarmos juntos as repartições públicas, Estaduais, Municipais, Federa e autárquicas e sociedades de Economia Mista, praticando todos os atos de representação e defesa extrajudiciais, perante quaisquer pessoas físicas em geral, e, finalmente, praticar (em) todos os atos que se tornem mister para o fiel e completo desempenho deste mandato, inclusive interpor (em) total ou parcialmente, com ou sem reservas de poderes, o que tudo darei (ermos) por bom firme e valioso.

CONTRATO: Fica CONTRATADO, desde já, que os devidos honorários advocatícios serão na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor bruto a receber (no caso de indenização e outros recebimentos congêneres), os quais, quando for o caso, serão descontados em favor do constituído (art. 22 §4 da Lei 8.906/94), com expedição do respectivo Alvará pelo juízo da ação, constando a soma dos honorários sucumbenciais e os contratuais, tudo em favor do outorgado que o requerer e conforme pacto através do presente instrumento, sendo que, quando houver prestações continuadas (benefícios mensais previdenciários, pensão alimentícia e congêneres), serão pagos, além os honorários sobre atrasados, também sobre os valores recebidos durante os 12 (doze) meses seguintes. Nas ações que não visem qualquer recebimento em espécie, os honorários serão os constantes da tabela da OAB do Estado onde for ajuizada a Ação. Assim, fica configurado CONTRATO DE ADESÃO, formalizado, para qualquer eventualidade futura.

Parnamirim,

Rosilda da Paz dos Santos

OUTORGANTE

Rua Edgar Dantas, nº 454, "C", Santos Reis, Parnamirim/RN, CEP – 59.076-000.
Email: bcitamaia@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:25
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710442473100000052370557>
Número do documento: 20031710442473100000052370557

Num. 54351398 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 20



Prefeitura Municipal do Natal

A nossa cidade

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SAMU 192 NATAL

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que **ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS** foi vítima de atropelamento por moto no dia 05/11/2015, aproximadamente às 21h04min, na Avenida Santarém, Nossa Senhora da Apresentação, nesta Cidade. Tendo sido atendida pelo SAMU 192 Natal, **sob nº de ocorrência 68789/1** onde foram realizados os procedimentos de praxe pela equipe de plantão e removida para o Hospital Walfredo Gurgel.

Natal, 08 de Dezembro de 2015.


José Machado Júnior

Coordenador de Enfermagem do SAMU 192 Natal

COREN - RN 91.991

Matrícula 43.899-5

ALFREDO GALVÃO DA SILVA JÚNIOR
Coord. Administrativo SAMU 192 Natal
Matrícula: 44.986-5

Rua Potiguares, 300 Dix Sept Rosado Natal/RN CEP 59054-280



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:29

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710442600700000052370558>

Número do documento: 20031710442600700000052370558

Num. 54351399 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>

Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 21

07/12/2015

samunatal.no-ip.org/SSONatal/_Sistema/regulacaoAmbulancia.aspx?cod=68789&Digito=1&ReadOnly=1

FICHA DE REGULAÇÃO - CENA

Nº: **68789/1**

Data: **05/11/2015**

CHAMADO

TARM: BLENIA RAYOMARA ARGEMIRO DA SILVA

Rádio Operador: SERGIANO ELIAS FARIAS

Equipe Enfermagem Cena:

VTR: USB 18 (CENTRAL)

Médico Regulação: ADSON JOSÉ MARTINS VALE

Médico Cena: PÉRICLES DE SOUSA CARDOSO

Usuário Pós-Cena:

Equipe VTR: FRANCISCO MEDEIROS DE ANDRADE - CONDUTOR DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA
JOÃO BATISTA AUGUSTO DE LIMA - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

☒ Regulação Médica

☐ Trote

☐ Informação

☐ Engano

☐ Queda da ligação

☐ Sem Médico

☐ Transf./Internação

☐ Eletivo

Cidade: NATAL

Nome do Solicitante: EVERTON

Telefone: (84) 98715-5827

Nome do Paciente:

ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

Idade: *

30 ANO(S)

Sexo: *

FEMININO

☐ Endereço não informado

☐ Coordenadas Informadas

Latitude: -5.7541493 **Longitude:** -35.2724733

Endereço: AVENIDA SANTARÉM

Nº: VP

Bairro: NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO

Outro Bairro:

Referência/Complemento: VALE DOURADO / NA ESQUINA DO SUPERMERCADO FAVORITO

Unidade de Destino Transferência: HOSPITAL WALFREDO GURGEL

Queixa Paciente: ATROPELAMENTO POR MOTO

Quem Solicitou: Transeunte

Distância do paciente: Com o Paciente

Local: Via Pública

Histórico Regulação Médica:

05/11/2015 21:05:55 - Dr(a). ADSON JOSÉ MARTINS VALE

APH: TRAUMA / HD: ATROPELAMENTO POR MOTO

REGULAÇÃO: 01 VÍTIMA, CONSCIENTE, RESPIRA NORMAL.

AÇÃO COM INTERVENÇÃO: USB

PRIORIDADE: VERMELHO

CÓDIGO DE DESLOCAMENTO: CÓDIGO 3

POSSUI CONVÊNIO MÉDICO: NÃO INFORMADO

Apoio:



OBSERVAÇÕES

Data: 05/11/2015 21:42:48 **Usuário:** (RADIO OPERADOR) SERGIANO ELIAS FARIAS

Observação: USB QND SEGUIA A SIRENE PAROU DE FUNCIONAR-21H28.



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:29

<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710442600700000052370558>

Número do documento: 20031710442600700000052370558

Num. 54351399 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10

<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>

Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 22



Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1- ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2- CNES

3- ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4- CNES

HOSPITAL DEOCLECIO MARQUES DE LUCENA

3515168

Identificação do Paciente

5- PACIENTE

6- NÚMERO DO PRONTUÁRIO

ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

143524

7- CARTÃO NACIONAL/SUS

8- DATA DE NASCIMENTO

9- SEXO

10- RAÇA/COR

708004879921025

18/02/1985

FEMININO

PARDA

11- NOME DA MÃE

12- TELEFONE DE CONTATO

FRANCISCA DA PAZ DOS SANTOS

991984711

13- NOME DO RESPONSÁVEL

14- TELEFONE DE CONTATO

MARIA ELIANE DA PAZ DOS SANTOS

15- ENDEREÇO (RUA, Nº)

RUA JOAO PAULO II1380- A

16- MUNICÍPIO

17- BARRIO

18- UF

19- CEP

NATAL

NSA SENHORA APRES

RN

59114150

Justificativa de Internação

20- PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Paciente com infecção no pome de p
que surgiu após tratamento - AMB

21- CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Anomalia e uso de poms - AMB

22- PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS)

Isolado

23- DIAGNÓSTICO INICIAL

24- CID 10 PRINCIPAL

25- CID 10 SECUND.

26- CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

Osteomielite do pome D

Procedimento Solicitado

27- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

28- CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

Tratamento

29- CLÍNICA

30- CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31- DOCUMENTO

32- Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

() CNS () CPF

33- ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

33- NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

34- DATA DA SOLICITAÇÃO

35- ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Preencher em caso de causas externas (acidentes ou violência)

36- CNPJ DA SEGURADORA

37- Nº DO BILHETE

41- SÉRIE

36- () AC. TRÂNSITO

37- () AC. TRABALHO TÍPICO

38- () AC. TRABALHO TRAJETO

42- CNPJ DA EMPRESA

43- CNAE DA EMPRESA

44- CBOR

45- VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURADO

Autorização

46- NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47- COD. ORGÃO EMISSOR

52- Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

48- DOCUMENTO

49- Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

() CNS () CPF

50- DATA DA AUTORIZAÇÃO

51- ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:33

<https://pje1g.trj.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710442946700000052373384>

Número do documento: 20031710442946700000052373384

Num. 54354075 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10

<https://pje1g.trj.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>

Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 23



PRONTUÁRIO DE INTERNAÇÃO

CLÍNICA
ORTOPEDIA

ENFERMARIA Nº	LEITO	PRONTUÁRIO
		143524
DATA	HORA	CATEGORIA
23/03/2016	16:40	
PACIENTE	DATA DE NASCIMENTO	
ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS	18/02/1985	
ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	
SOLTEIRA	APOSENTADA	
ENDEREÇO (RUA, Nº)		
RUA JOAO PAULO II1380- A		
MUNICÍPIO	BAIRRO	UF
NATAL	NSA SENHORA APRES	RN
LOCAL DE TRABALHO	CEP	TELEFONE
	59114150	
FILIAÇÃO		
FRANCISCA DA PAZ DOS SANTOS		LUIZ JANUARIO FILHO
RESPONSÁVEL	TELEFONE	
MARIA ELIANE DA PAZ DOS SANTOS	991984711	
ENDEREÇO		
O MESMO		
DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO		
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO		

DATA DE ADMISSÃO

ALTA

X 050416

ÓBITO

HISTÓRIA CLÍNICA

Paciente foi operado 4 meses por
a Mipio. Evoluiu com processo
infectioso local.

ALTA HOSPITALAR

Dr. Felipe Magno P. de Carmo
Ortopedia - Traumatologia
FARM. de Traumatologia
CRM 2108 - FÉD. 5081
CPF: 188.904.804-44



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:33
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710442946700000052373384>
Número do documento: 20031710442946700000052373384

Num. 54354075 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 24



Sistema Mini
Unico de da
Saúde Saúde

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEOCLECIO MARQUES DE LUCENA - CNES 3515168
PARNAMIRIM - RN

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA Nº 32 ORT

RESPONSÁVEL (PSA)

MATRICULA

DATA

HORA

KATIA

23/03/2016

12:44

DADOS DO PACIENTE

PACIENTE

ROZILDA DA FAZ DOS SANTOS

MASCULINO

FEMININO

NACIONALIDADE

BRASILEIRA

DATA DE NASCIMENTO

18/02/1985

IDADE

31

RELIGIÃO

EVANGELICA

ESCOLARIDADE

ENSINO FUND INCOMPLETO

ESTADO CIVIL

SOLTEIRA

PROFISSÃO

APOSENTADA

RACIA/COR

PARDA

TELEFONE

84 991984711

NOME DA MÃE

FRANCISCA DA PAZ DOS SANTOS

NOME DO PAI

LUIZ JANUARIO FILHO

CPF

061.000.304-62

RG

2.493.909

ORG. EXP.

UF

RN

CARTÃO DO SUS

708 0048 7992 1025

ENDEREÇO

RUA JOAO PAULO II 1280

COMPLEMENTO

A

CIDADE

NSA DA APRESENTAÇÃO

MUNICIPIO

NATAL

UF

RN

CEP

59114-150

RESPONSÁVEL OU ACOMPANHANTE

EDNALDO FRANCA DA SILVA

PARENTESCO

CONCUNHADO

TELEFONE

84 991771903

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

ENCAMINHAMENTO

Indicador () SAMU () Demanda Espontânea

MOTIVO

PRINCIPAL

FLUXOGRAMA

DESCRIMINADOR

DOENÇAS PREEEXISTENTES

ALERGIAS

PESO

ALTURA

SSVV

FC

FR

T

SO2

FA

GLICEMIA

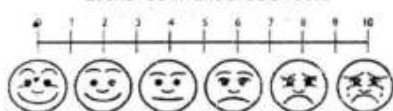
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL

COREN

DATA

HORA

ESCALA DE INTENSIDADE DA DOR:



PRIORIDADE

() AZUL () VERDE () AMARELO () LARANJA () VERMELHO

ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

☐ SALA VERMELHA

☐ URGÊNCIA

☐ ORTOPEDIA

☐ CONSULTA MÉDICA

☐ BUCOMAXILO

☐ PEQUENA CIRURGIA

☐ ACIDENTE DE TRABALHO

☐ VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

☐ QUEDA

☐ OUTROS

Abertura

Ocular

A voz

A dor

Nenhuma

Orientada

Confusa

Palavras inapropriadas

Palavras incompreensíveis

Nenhuma

Pede comandos

Localiza dor

Movimento de retração

Flexão anormal

Extensão anormal

Nenhuma

HISTÓRIA CLÍNICA

Tacafes com dor, cacos, niter
perme D

EXAME FÍSICO

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA

Amarelado perme D



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 17/03/2020 10:44:33

<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031710442946700000052373384>

Número do documento: 20031710442946700000052373384

Num. 54354075 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10

<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>

Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 25



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0810067-93.2020.8.20.5001

Parte Autora: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

Parte Ré: PORTO SEGURO S/A

DECISÃO

Vistos hoje,

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (arts.98 e 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15(quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Após, voltem-me os autos conclusos.

P.I.C.

NATAL /RN, 23 de março de 2020

EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS



Assinado eletronicamente por: EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS - 23/03/2020 13:09:39
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20032313093947300000052522339>
Número do documento: 20032313093947300000052522339

Num. 54516305 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 26

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NATAL - RN

PROCESSO Nº 0810067-93.2020.8.20.5001

REQUERENTE: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

REQUERIDA: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A / PORTO
SEGURO S/A

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04; **PORTO SEGURO S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, n. 4055, bairro Lagoa Nova, Natal - RN, CEP: 59.063-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.149.205/0001-69, neste ato representadas por seus advogados infra signatários, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT** proposta por **ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS**, em trâmite perante este d. Juízo, vem, com o devido respeito e acatamento, à presença de V. Exa., com fulcro nos artigos 335 e seguintes do Código de Processo Civil, apresentar **CONTESTAÇÃO**, consoante as razões de fato e de direito a seguir delineadas.

I - DAS INTIMAÇÕES

Inicialmente, requerem que sejam as publicações e intimações alusivas ao presente feito realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do advogado **WILSON SALES BELCHIOR**, inscrito na OAB/RN sob o nº 768-A, SOB PENA DE NULIDADE.

II - DOS FATOS



Alega a Autora, em sua peça exordial, que, no dia 05 de novembro de 2015, sofreu acidente de trânsito do qual resultou diversas lesões em seu corpo.

Conforme disposto na própria inicial, **as Rés efetuaram o depósito da devida indenização no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, tão logo a Autora solicitou administrativamente.

Ocorre que, segundo as alegações autorais, do suposto acidente resultou debilidade permanente superior àquela constatada pelas Rés, razão pela qual a Autora faria jus à indenização securitária de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), restando, portanto, um montante de R\$ 11.137,50 (onze mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido, a ser pago pelo Consórcio DPVAT.

Inconformado com o valor recebido administrativamente, a Autora ajuizou judicialmente uma Ação de Complementação de Indenização que somente foi protocolizada e distribuída no dia 17 de março de 2020, portanto, mais de 3 (três) anos após o pagamento da indenização pela via administrativa, portanto o direito ao ajuizamento da presente ação já se encontrava prescrito.

Também vale lembrar que o autor juntou instrumento procuratório sem a data do referido documento.

A despeito dos fatos alegados pela Autora, não há que se falar em devida complementação a ser realizada pelas Rés, uma vez que, conforme restará fartamente demonstrado a seguir, o valor da indenização auferido e pago pelas Rés está em total conformidade com o disposto na súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça e com a Lei 11.945/2009.

III - PRELIMINARMENTE:

III.1 - DA LEGITIMIDADE DA SEGURADORA LÍDER PARA ATUAR NO POLO PASSIVO DA PRESENTE DEMANDA - RETIFICAÇÃO DO POLO PASSIVO:



Ab initio, é importante salientar que deve figurar no polo passivo da presente demanda **SOMENTE a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ sob número 09.248.608/0001-04, devendo-se excluir do polo passivo a outra Ré PORTO SEGURO S/A.

A gestão da operação do seguro obrigatório, com a edição da Resolução CNSP nº 154/2006, foi modificada, determinando-se que, a partir de 01.01.2008, as seguradoras que operam o seguro DPVAT teriam que aderir a dois Consórcios específicos - divididos de acordo com as categorias - que seriam liderados por uma seguradora especializada em Seguro DPVAT, nos termos do parágrafo 3º do mesmo dispositivo legal.

Em atendimento a essa determinação, constituiu-se, em 10.10.2007, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A ("Seguradora Líder DPVAT"), responsável pela gestão dos Consórcios especificados na legislação.

Ademais, à Seguradora Líder DPVAT foi, em 04.12.2007, concedida, pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP no artigo 1º da portaria nº. 2797/2007, autorização para operar com seguro de danos e de pessoas, especializada em seguro DPVAT, em todo o território nacional.

A título de esclarecimento, por força desses atos normativos, as seguradoras que tivessem o interesse de permanecer atuando no ramo de seguro DPVAT deveriam aderir aos Consórcios administrados pela Seguradora Líder DPVAT, que, em consequência, se tornou representante das seguradoras participantes dos Consórcios.

Para que não haja quaisquer dúvidas acerca da necessidade de inclusão da Seguradora Líder no polo passivo e exclusão das Rés, basta observar o disposto no parágrafo 8º do mesmo artigo 5º da resolução em comento, senão vejamos:

"Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes."

Portanto, mais até do que mera mandatária das seguradoras consorciadas, a Seguradora Líder DPVAT, como seguradora especializada



em seguro DPVAT, é responsável direta pela regulação dos sinistros e, ademais, pelo pagamento, em nome dos Consórcios, das indenizações.

As seguradoras consorciadas, como a sociedade PORTO SEGURO S/A, são responsáveis pela garantia das indenizações, prestando, também, atendimento a eventuais reclamações dos segurados. Contudo a Seguradora Líder DPVAT é responsável por representar as seguradoras consorciadas nas esferas administrativa e judicial, centralizando, assim, as ações judiciais decorrentes de acidentes com veículo automotor.

Diante disso, considerando que a presente demanda versa sobre o pagamento de indenização relativa ao seguro DPVAT, é evidente que se faz necessária a exclusão da Ré - PORTO SEGURO S/A, devendo constar no polo passivo da presente demanda APENAS a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ sob número 09.248.608/0001-04.

III.2 - DO DEFEITO NA REPRESENTAÇÃO, VÍCIO NO INSTRUMENTO PROCURATÓRIO - À LUZ DO ART. 654, I, DO CÓDIGO CIVIL.

O autor juntou aos autos do processo o instrumento procuratório sem a data da assinatura, ato incompatível com a norma presente no Código de Processo Civil de 2015.

Art. 654. Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.

§ 1º O instrumento particular deve conter a indicação do lugar onde foi passado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

De acordo com a letra da lei, era obrigatório que o Autor preenchesse a data dos documentos.

Assim, em conformidade com a norma presente no Código de Processo Civil, diante de um vício no documento indispensável a propositura da ação, comprovando a existência de nulidade, requer-se,



preliminarmente (art. 337, IX, CPC), que Vossa Excelência digne-se de decretar a extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV do CPC.

IV - DO MÉRITO

IV.1 - DA PRESCRIÇÃO:

Inicialmente, é imperioso trazer ao conhecimento deste D. Juízo a ocorrência da prescrição do direito autoral. Conforme anteriormente explanado, o sinistro em questão ocorreu em 05 de novembro de 2015 e foi liquidado na esfera administrativa em 28 de julho de 2016, fato este que ensejou a interrupção do prazo prescricional, conforme determina o art. 202, VI do Código Civil, senão vejamos:

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

...

VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

Destarte, a contagem do prazo prescricional iniciou-se novamente na data do pagamento pela via administrativa, qual seja, em 28 de julho de 2016, sendo que tal prazo é de 03 anos, conforme estabelece o art. 202, VI e art. 206, §3º, IX, in verbis:

Art. 206. Prescreve:

...

§3º- Em 3(três) anos:

...

IX - a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 22/07/2016

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

BANCO: 004

AGÊNCIA: 00047

CONTA: 001000009057-5

Nr. da Autenticação ABD2FB218DF34665

Ademais, o Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento neste sentido através da súmula nº 405, colacionada a seguir:

"A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos".

Ademais, importante destacar que o prazo prescricional **interrompe-se somente uma única vez**, conforme disposto no art. 202 do Código Civil e uníssona jurisprudência predominante do nosso tribunal, logo a interrupção se deu com o pagamento administrativo no dia 28 de julho de 2016, conforme já comprovado acima.

Sendo assim, se o prazo prescricional teve seu início no dia 28 de julho de 2016, o prazo para propositura da ação de cobrança da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT encerrou-se em 28 de julho de 2019.

Portanto, em análise do processo, constatou-se que **a presente demanda foi protocolada e distribuída tão somente em 17 de março de**



2020, conforme consta na Petição Inicial da Autora, motivo pelo qual, o ajuizamento da presente ação encontra-se fora do prazo, inexistindo à Autora, portanto, a pretensão ao direito a ser pleiteado perante V. Exa., restando cristalina a **ocorrência da prescrição**.

Ante o exposto, requer que seja acolhida a prejudicial de mérito para que seja a ação **JULGADA IMPROCEDENTE COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, na forma do art. 269, inciso IV do Código de Processo Civil, em razão do direito da Autora de acionar as Rés judicialmente já estar prescrito no momento da propositura e distribuição da presente ação.

IV.2 - DA IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUANTO AO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DA AUTORA - INTELIGÊNCIA DO ART. 373, I, DO CPC.

Cumprir destacar que o objeto da demanda em tela não é uma relação jurídica de consumo conforme as disposições da referida lei. A obrigação das seguradoras em pagar as indenizações do seguro DPVAT decorrem da lei, e não de um contrato livremente pactuado entre o consumidor (segurado) e o fornecedor do serviço (seguradora) com observância das normas protetivas da Lei 8.078/90.

Quando o segurado ou beneficiário se dirige a uma seguradora a fim de receber eventual indenização decorrente de acidente de trânsito, não está adquirindo um produto ou serviço, mas sim exercitando um direito regulado previsto na Lei 6.194/74. Do mesmo modo, quando as seguradoras pagam esse tipo de indenização não estão prestando um serviço, mas sim, cumprindo uma obrigação decorrente de lei.

Assim, cabe à Autora produzir provas dos atos constitutivos de seu direito, o que não ocorreu, uma vez que a documentação médica juntada pela Autora não demonstra nenhum dano superior àquele já pago pela Seguradora, quando era ônus da mesma tal comprovação, devendo ser aplicado no presente caso o art. 373, I, do CPC, *in verbis*:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:



I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

Outrossim, vale destacar que a Autora cuida apenas de tecer meras alegações infundadas na peça vestibular, sem sequer juntar ao processo elementos que comprovem suas indagações ou os fatos que fundamentam seu pedido, em total desrespeito ao artigo supracitado.

A perícia médica realizada pelas Rés é precedida, em qualquer circunstância, de criteriosa análise quantitativa e qualitativa da invalidez acometida pela Autora, a qual, *in casu*, **constatou perda funcional completa de um dos membros inferiores da Autora em grau leve (25%)**, a teor do Processo Administrativo ora anexado, o que equivale ao **valor já pago**.

Com efeito, considerando a aplicabilidade da tabela apontada em conformidade com o dano alegado pela Autora, bem como **o fato da inexistência nos autos de comprovação de dano em nível superior ao valor pago pelas Rés, percebe-se que não há que se falar em majoração do quantum devido, o que dá ensejo à improcedência do pleito inicial**.

Ora, Exa., como pode a Autora requerer complementação do valor recebido administrativamente quando as provas trazidas aos autos não demonstram sequelas em grau superior ao já indenizado?

Nesse sentido, segue julgado proferido por este Egrégio Tribunal cuja ementa tem o seguinte teor:

EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO REALIZADO NA VIA ADMINISTRATIVA. INVALIDEZ INCONTROVERSA. APLICABILIDADE DAS RESOLUÇÕES DO CNSP. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ ADMITIDA. CONSOLIDAÇÃO NO ENTENDIMENTO PELO STJ. SENTENÇA REFORMADA. 1 - A quitação dada pelo beneficiário é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, quando o pagamento tiver sido feito a menor. ... 4 - A reiteração de julgados nesse sentido culminou na edição da súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça, cuja redação determina: "**A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez**". 5 - **Considerando a aplicabilidade da tabela que trata da graduação da indenização em consonância com o grau da lesão sofrida pelo requerente, e, ainda, a inexistência nos autos de comprovação de dano em patamar superior ao quantificado pela seguradora, não há falar em majoração do quantum devido ou de pagamento na totalidade**. 6 - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJCE processo nº



0106990-29.2007.08.06.0001 Rel. DES. WASHINGTON LUIS
BEZERRA DE ARAUJO 3ª CC julgamento em 22 de maio de 2013)

Isto posto, percebe-se que a Autora não juntou as provas com que pretendia demonstrar a verdade dos fatos alegados, denotando-se a ausência de documento obrigatório, conforme art. 5º, §5, da Lei 6.194/74, uma vez que a apresentação de laudo pericial fornecido pelo Instituto Médico Legal é indispensável para a comprovação dos fatos alegados pela Autora.

Sendo assim, não pode, em momento algum, a Autora alegar que o simples pedido de produção de prova pericial supre a necessidade de apresentar documentos imprescindíveis para comprovar o fato constitutivo do direito alegado, bem como a veracidade do mesmo, devendo o ônus da prova ser suportado por ela.

Em razão do exposto, à luz do princípio *actori incumbit probatio*, resta evidenciada que a Autora não logrou êxito em provar de maneira contundente os fatos alegados na exordial, o que é seu dever e, portanto, não cabem às Rés fazê-lo em seu lugar, o que enseja a improcedência do pleito ante a absoluta carência de suporte probatório.

Por fim, não há que se falar em inversão do ônus da prova, uma vez que não existe relação de consumo, devendo ser afastada tal hipótese de aplicação do CDC, pelo todo arrazoadado acima.

IV.3 - DA OBRIGATORIEDADE DE LAUDO PERICIAL E DA NECESSIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumpre destacar que a Lei 6.194/74, alterada pela Lei 11.482/2007, em seu art. 5º, § 5º, prevê, dentre os documentos que obrigatoriamente devem constar para fins de requerimento de indenização por danos decorrentes de acidente com veículo automotor, **laudo médico fornecido pelo Instituto Médico Legal.**

Tal obrigatoriedade tem como intuito dificultar requerimentos fraudulentos ao seguro DPVAT, uma vez que a realização de Laudo por



peritos pertencentes a órgão especializado teria o condão de dificultar tal prática. Este também é o entendimento dos Tribunais Pátrios a respeito da matéria acima:

Tipo do Recurso: RECURSO INOMINADO / N° do Recurso: 04557/2011 / Origem: 11. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL / Processo Originário: 03051/2010 / Relator: JUIZ - RAIMUNDO NONATO DE SOUZA BRAID FILHO / Relator do Acórdão: JUIZ - RAIMUNDO NONATO DE SOUZA BRAID FILHO / Órgão Julgador 2a. TURMA RECURSAL / Data de Julgamento: 12/9/2011.

Ementa: RECURSO INOMINADO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). LEI 11.945/09. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. A LEI 11.945/2009, EXIGE ALÉM DA PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR, A VERIFICAÇÃO DE SUA GRADUAÇÃO PARA FINS DE QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO À INCAPACIDADE DO AUTOR. A COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL, É RESPONSABILIDADE DA PARTE AUTORA. OBRIGATORIEDADE LEGAL DE REALIZAÇÃO DE EXAME PELO DML DA CIDADE DA PARTE RECORRENTE OU DO LOCAL MAIS PRÓXIMO, EM CASO DE INEXISTÊNCIA. EXEGESE DO 5º, § 5º, DA LEI 6.194/74. ADOÇÃO DO ENTENDIMENTO DO STJ, DE QUE A ELABORAÇÃO DO LAUDO PERICIAL É OBRIGATORIAMENTE PELO DML - DEPARTAMENTO MÉDICO LEGAL. NO CASO CONCRETO, NÃO TENDO O AUTOR COMPROVADO O FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, QUAL SEJA, SUA EFETIVA INCAPACIDADE PERMANENTE E O GRAU DESSA SUA INCAPACIDADE, ÔNUS QUE LHE COMPETIA (CPC, ART. 333, I), NÃO FAZ JUS A PERCEPÇÃO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. RECURSO IMPROVIDO.

Desse modo, resta claro que o laudo expedido pelo Instituto Médico Legal **É IMPRESCINDÍVEL** para a comprovação da invalidez permanente e para a aplicação dos critérios de proporcionalidade necessários para a fixação do *quantum* indenizatório.

No caso em apreço, os documentos médicos juntados pela Autora não são suficientes para constatar a invalidez permanente, tampouco comprovam que os ferimentos decorreram de acidente com veículo automotor.

Ante o exposto, somente a realização de perícia médica **realizada por perito oficial do IML** e a expedição de laudo médico pericial pormenorizado, que atenda às especificações impostas pela legislação competente, poderá confirmar o acerto do cálculo efetuado quando da apuração do valor a ser pago à Autora administrativamente.



EM SUMA, AO PERITO COMPETIRÁ APURAR O GRAU DA INVALIDEZ PERMANENTE DA AUTORA E APLICAR O LIMITE INDENIZATÓRIO NOS TERMOS PREVISTO NA LEI 6.194/74, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA SÚMULA 474 DO STJ.

Isto posto, requer-se o INDEFERIMENTO da inicial em razão da ausência de documento obrigatório, conforme art. 5º, §5, da Lei 6.194/74, uma vez que a apresentação de laudo pericial fornecido pelo Instituto Médico Legal é indispensável para a comprovação dos fatos alegados pela Autora.

IV.4 - DA ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO EFETUADO PELA VIA ADMINISTRATIVA AO DISPOSTO NA LEI 11.945/2009.

Faz-se mister destacar que a indenização devida pelo Convênio DPVAT, em consonância com o disposto no art. 3º da Lei 6.194/74, §1º, II, da Lei 6194/74, foi adimplida pelo Convênio DPVAT ainda em âmbito administrativo no montante de **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, valor este que está em total consonância com a súmula 474 do STJ, segundo a qual a indenização paga pelo seguro DPVAT deverá ser proporcional ao grau da invalidez. Tal fato demonstra a impropriedade desta Ação.

De fato, a realização de pagamento pela via administrativa é precedida, em qualquer circunstância, de criteriosa análise quantitativa e qualitativa da invalidez acometida pela Autora, a qual, *in casu*, foi enquadrada no percentual de 70% que corresponde a perda funcional completa de um dos membros inferiores e conclusivamente fixada por perícia médica em grau leve (25%), a teor do Processo Administrativo ora anexado, o que equivale ao valor já pago.



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 22/07/2016

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ROSILDA DA PAZ DOS SANTOS

BANCO: 004

AGÊNCIA: 00047

CONTA: 001000009057-5

Nr. da Autenticação ABD2FB218DF34665

Resta claro, nesse sentido, que a Seguradora Líder agiu em estrita consonância com o disposto na Súmula 474 do STJ, atendendo aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana, ao avaliar o grau de invalidez da Autora, evitando, assim, tanto o enriquecimento ilícito quanto qualquer dano que pudesse ser causado pelo pagamento em desconforme da indenização.

Deve-se ter em mente que o valor pleiteado pela Autora, qual seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) corresponde a 100% do valor máximo pago a título de indenização por MORTE, o que equivale, segundo a tabela expressa no art. 3º da Lei 6.194/74, aos casos de perda anatômica e/ou funcional completa de AMBOS OS MEMBROS INFERIORES!

Não resta dúvida, portanto, que não há razoabilidade no pedido realizado pela Autora a este Juízo, tendo em vista que os danos físicos que sofreu não se equivalem aos casos em que é devida indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), como pleiteia.

www.rochamarinho.adv.br



Assinado eletronicamente por: Wilson Sales Belchior - 23/09/2020 11:43:25
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092311432541900000058044427>
Número do documento: 20092311432541900000058044427

Num. 60495326 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 15/01/2021 14:07:10
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011514070919000000061720770>
Número do documento: 21011514070919000000061720770

Num. 64419561 - Pág. 38

O valor pago administrativamente pelas Rés está em total conformidade com o disposto no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, bem como com a súmula 474 do STJ e com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Com efeito, não haveria sentido útil na letra da lei sobre a indicação da quantificação das lesões e percentuais da tabela para fins de DPVAT, se este seguro houvesse, sempre, de ser pago pelo valor integral, independentemente da extensão da lesão e de grau de invalidez.

Insta ressaltar que o artigo 3º, II da citada Lei, afirma que a indenização por invalidez permanente será paga no valor de **ATÉ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), demonstrando a variação da indenização a ser paga, conforme a quantificação da lesão sofrida.**

Nesse sentido julgou o Rel. Min. Luis Felipe Salomão no REsp 1.250.912-RS (2011/0094215-1), publicado no DJ 12/09/2011, vejamos:

RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. OBSERVÂNCIA DO ART. 3º, 'b', DA LEI 6.194/74.

Com efeito, de acordo com a redação vigente à época dos fatos, art. 3º, 'b', da Lei n.º 6.194/74, em caso de invalidez permanente, o valor da indenização, a título de seguro obrigatório - DPVAT, deve corresponder a até 40 (quarenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País à época da liquidação do sinistro. A utilização, pelo legislador, do termo 'até' no referido inciso corrobora o entendimento sobre a necessidade de se aferir o grau de invalidez, ante o sentido de gradação em direção ao valor máximo, que traz insito a referida expressão, e ante o entendimento de que a lei não contém palavras inúteis."

Ademais, cumpre destacar que a Autora aceitou de pleno acordo o valor que lhe foi pago administrativamente pelas Rés, tendo firmado acordo que deu quitação plena às Rés no que concerne ao sinistro objeto da presente lide.

Nesse sentido, vale destacar o teor do parágrafo único do artigo 320 do Código Civil: *Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo, valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.*



Sem dúvida, ante a quitação efetuada, não há mais relação jurídica alguma entre as partes, razão pela qual resta comprovada na lei, na doutrina e na jurisprudência a improcedência da presente demanda.

Diante do exposto, não há qualquer razão para a presente ação, tendo em vista que o valor pago administrativamente está completamente alinhado com o que preceitua a legislação vigente, a jurisprudência dominante e, não menos importante, com base nos princípios norteadores da razoabilidade e proporcionalidade, portanto, o pleito autoral deve ser julgado **TOTALMENTE IMPROCEDENTE.**

IV.5 - DO VALOR INDENIZÁVEL - UTILIZAÇÃO DA TABELA DA LEI 11.945/2009 E APLICAÇÃO DA REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE.

Cabe ressaltar, Excelência, que o sinistro *in casu* ocorreu sob a vigência da Lei 11.945/2009. De acordo com a nova regulamentação, a invalidez permanente está dividida em invalidez permanente total ou parcial, sendo que a parcial pode ser completa ou incompleta. Para a apuração da indenização a ser paga é preciso aplicar os percentuais da tabela instituída para esse fim pela Lei nº 11.945/2009 (MP nº 451/2008).

Neste sentido, para melhor compreensão do *quantum* indenizatório devido, vejamos a transcrição do art. 31 da Lei nº 11.945/09, incisos I e II:

Art.31 Os arts. 3o e 5o da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda



anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Deste modo, Excelência, verifica-se que o valor referente à "perda funcional completa de um dos membros inferiores" seria no importe de R\$ 9.450,00 (70% do valor máximo), sendo devido 25% deste valor, pois se refere à "repercussão leve", totalizando o montante indenizatório pago pela seguradora no valor de **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, o qual resta devidamente demonstrado e **CORRETO**.

Cumpra esclarecer que as alterações introduzidas pela Lei 11.945/2009 implicam na fixação de indenização conforme o GRAU DE INVALIDEZ além da **REPERCUSSÃO DAS LESÕES**, isto é, reduzidas em **75%** (setenta e cinco por cento) se a invalidez for incompleta com perdas de repercussão intensa, e em **50%** (cinquenta por cento), **25%** (vinte e cinco por cento) e **10%** (dez por cento) se a perda for **média, leve** ou **residual**, respectivamente, nos termos do art. 3º, §1º, II, da Lei.

Válido ressaltar que o STF já pacificou o entendimento acerca da aplicação e necessidade da utilização da referida tabela, conforme decisão em controle concentrado de constitucionalidade nas **ADI 4627/DF** e **ADI 4350/DF**¹:

"No que diz com a suposta inconstitucionalidade das regras legais que criaram tabela para o cálculo do montante devido a título de indenização, cuidar-se-ia de medida que não afrontaria o ordenamento jurídico. Ao revés, tratar-se-ia de preceito que concretizaria o princípio da proporcionalidade, a permitir que os valores fossem pagos em razão da gravidade da lesão ao acidentado. Além do mais, não haveria, no caso, violação aos princípios da dignidade da pessoa humana e da vedação do retrocesso social. (GRIFAMOS)."

¹ Disponível em
<<http://www.stf.jus.br//arquivo/informativo/documento/informativo764.htm#Seguro%20DPVAT%20e%20Leis%2011.482/2007%20e%2011.945/2009%20-%201>> Acesso em 10 nov. 2014.



O Superior Tribunal de Justiça, na RECLAMAÇÃO 10.093-MA e na RECLAMAÇÃO 18.795 - MG, confirmou o entendimento de aplicação da proporcionalidade em caso de invalidez permanente, bem como considerou válida a UTILIZAÇÃO DA TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT ao grau da invalidez, de acordo com o enunciado da Súmula 474/STJ, bem como no sentido de ser "válida a utilização da tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial".

Destarte, a aplicação da tabela de cálculo da indenização em caso de invalidez permanente é medida que se impõe aos casos em que reste comprovada a invalidez permanente parcial da vítima, nos termos da Lei 11.945/2009 e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

Em análise ao processo administrativo ora anexado aos autos, verifica-se que NÃO HOUVE perícia médica realizada pela Autora.

De acordo com a Lei 11.945/2009, o Instituto Médico Legal (IML) deve fornecer laudo pericial para verificar a existência e quantificar as lesões sofridas pela Autora em até 90 (noventa) dias, senão vejamos:

§5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Ora, Excelência, a Autora pleiteia complementação ao valor pago sem mesmo ter realizado laudo pericial, o qual deveria ter sido feito pelo IML à época do sinistro, evitando tal incontroversa sobre o importe.

Por fim, Doutor Julgador, ressalta-se, mais uma vez, a publicação da SÚMULA 474 PELO STJ, que veio a determinar que "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez", a qual, rendendo homenagens aos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade, avalizou o pagamento do Seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez sofrido pela Autora, concluindo pela inexistência



de qualquer lógica de comércio ou prejuízo ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

IV.6 - IMPUGNAÇÃO AO BOLETIM DE Ocorrência COLACIONADO AOS AUTOS DA UNILATERALIDADE E DA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL.

É imperioso destacar que a autora não apresentou qualquer documento que comprove a veracidade dos fatos alegados na peça exordial. A realidade é que a autora apresentou um Boletim de Ocorrência, registrado dias após o alegado acidente.

Destaca-se que no Boletim de Ocorrência, a autora tão somente lançou informações do que supostamente ocorreu, não lhe sendo exigido qualquer meio de prova capaz de comprovar a efetiva ocorrência do sinistro e, tampouco, de estabelecer o nexo causal entre o acidente e o dano que alega ter sofrido.

De início, cumpre ressaltar que o B.O. apresentado pela autora não cumpre o objetivo de "fazer prova da ocorrência e do dano recorrente", **tal como exigido pelo artigo 5º da Lei 6.194/74.**

A peça emitida pelo policial, com efeito, apenas retrata que quem comunicou esteve na delegacia, informando a ocorrência do alegado acidente de trânsito. **É DOCUMENTO UNILATERAL POR EXCELENÇA.**

O artigo 405 do Código de Processo Civil determina que "o documento público faz prova não só de sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença".

Ora, o acidente narrado na certidão de registro **NÃO OCORREU NA PRESENÇA DO ESCRIVÃO** nem do policial que lavrou o tal registro, pelo que é lícito concluir que **O DOCUMENTO POLICIAL JUNTADO AOS AUTOS NÃO FAZ PROVA DOS FATOS, PORTANTO, NÃO CUMPRE O EXIGIDO EM LEI.** Nesse sentido tem sido a melhor jurisprudência:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MATERIAIS. RESPONSABILIDADE. ALTERAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O boletim de ocorrência não goza de presunção juris tantum de veracidade das informações, porquanto tão somente aponta as declarações colhidas unilateralmente pelos interessados, sem, entretanto, certificar que a descrição seja verídica. Precedentes. 2. Na hipótese, entretanto, o Tribunal de origem não levou em consideração apenas o boletim de ocorrência, mas, sobretudo, a prova testemunhal,



concluindo que ficou demonstrada a culpa exclusiva do condutor da carreta de propriedade da agravante no acidente em comento, bem como a comprovação dos danos materiais suportados pela parte autora. Nesse contexto, afigura-se inviável rever tal conclusão, tendo em vista o óbice da Súmula 7/STJ. 3. É impossível conhecer da alegada divergência interpretativa, pois a incidência da Súmula 7 do STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1237811/MG, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A Corte de origem, mediante análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que não ficou comprovado o nexo de causalidade entre o dano alegado pela autora e a conduta da ré, **uma vez que o boletim de ocorrência e o prontuário médico basearam-se em narrativa unilateral da autora, e que o depoimento da testemunha arrolada não corroborou as alegações autorais**. Nesse contexto, afigura-se inviável rever tal conclusão, tendo em vista o óbice da Súmula 7/STJ. 2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 874.030/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 20/10/2016)

Com efeito, não há como considerá-lo declaração válida, visto que não demonstra nexo de causalidade entre o alegado acidente e a lesão da autora. Sendo assim, requer que seja a presente demanda declarada **IMPROCEDENTE**, ante a absoluta carência de suporte probatório.

IV.7 - DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA.

O seguro DPVAT materializa-se por meio de um contrato, de imposição legal, mas sempre um contrato. E sendo, como é, um contrato de seguro, não foge à índole eminentemente indenizatória que o caracteriza, nos exatos termos dos arts. 757 e 781 do Código Civil,



de vez que o interesse legítimo do segurado não pode ser superior aos seus reais prejuízos e a indenização não pode ultrapassar o valor desse interesse, sob pena de incorrer em enriquecimento sem causa.

A responsabilidade que daí decorre, para ambas as partes (a bilateralidade também é da essência do contrato de seguro), é CONTRATUAL, e não extracontratual. Não se aplica, dessa forma, *in casu*, a Súmula 54 do STJ, segundo a qual "os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual".

Tendo em vista que a seguradora efetuou o pagamento da indenização devida ainda na via administrativa, ainda que este d. Juízo entenda por julgar procedente o pedido de complementação da indenização, o que se admite tão somente a título argumentativo, não há que se falar em inadimplência contratual, não podendo as Rés, portanto, serem sancionadas com juros de mora, cabendo contar-se a incidência dos mesmos, quando muito, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, conforme disposição expressa do art. 405 do Código Civil e súmula 426 do STJ:

Súmula 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

Acerca da CORREÇÃO MONETÁRIA, esperam as Rés que seja observada a DATA DO EVENTO DANOSO como termo inicial para a sua incidência, face o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, a teor da Súmula nº 580 dessa Corte:

Súmula 580/STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso."

Adicionalmente, constata-se que há na Lei do Seguro DPVAT dispositivo que disciplina expressamente a correção monetária, qual seja o art. 5º, §7º da Lei nº 6.194/74, a qual prevê *in verbis*:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)



§7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado.

Com efeito, o comando inserido no art. 5º, §1º, da Lei 6.194/74, estabelece que as indenizações do Seguro DPVAT deverão ser pagas no prazo de "30 dias da entrega dos ... documentos" elencados na lei. Diante disso, determina o §7º do referido dispositivo legal que apenas "na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária" os valores correspondentes às indenizações do Seguro DPVAT "sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido".

Não se trata de uma especificidade do Seguro DPVAT, tendo em vista que o art. 772 do Código Civil concede o mesmo tratamento à matéria:

Art. 772 - A mora do segurador em pagar o sinistro obriga à atualização monetária da indenização devida segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, sem prejuízo dos juros moratórios.

Assim, verifica-se que em caso de uma eventual condenação, a correção deve incidir a partir do evento danoso, nos moldes do que estabelece a Súmula nº 580 do STJ, não havendo que se falar em juros de mora.

IV.8 - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Tendo em vista o baixo grau de complexidade do feito, sua natureza, o local onde tramita e a celeridade da demanda, em caso de condenação, o que se admite apenas por argumentar, requer sejam fixados os honorários advocatícios no mínimo legal de 10%, conforme dispõe o artigo 85 do CPC.

Contudo, se isto não ocorrer, sendo a Autora beneficiária de assistência judiciária gratuita se requer que seja respeitado o limite



de 15% estabelecido pelo art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, que determina:

"Art. 11 - Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§1º - Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15%(quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença." (grifo nosso)

Nesse sentido, já se pronunciou nossa jurisprudência:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO - 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda mais considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp - 297716 - MG - 3ª T. - Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito - DJU 01.10.2001 - p. 00211)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - AJG - VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 - PREQUESTIONAMENTO - Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Afronta ao art. 11, § 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS - EDcl 70005256284 - 9ª C.Cív. - Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino - J. 27.11.2002)

Assim, requer que, havendo condenação ao pagamento de honorários advocatícios, que seja arbitrada no mínimo legal (10%) e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

V - DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL JUDICIAL.

Ademais, caso este douto magistrado não entenda pela desconsideração do suposto direito da Autora, o que se afirma apenas a título de argumentação, as Rés requerem que V. Exa. **determine a realização de perícia judicial**, com o fito de averiguar se há incapacidade permanente e a sua repercussão, o qual demonstrará ao final que não há motivo para a presente ação.



Por oportuno, as Rés aproveitam o ensejo para, de logo, apresentarem os quesitos a serem respondidos pelo perito a ser designado. *Verbis*:

1 - Queira o Sr. Perito informar se existe nexo de causalidade entre as referidas lesões e o acidente relatado na petição inicial;

2 - A Autora possui alguma patologia que determine sua invalidez em caráter definitivo?

3 - Em caso positivo do item acima, a Autora em decorrência de tal patologia foi submetido a tratamento médico capaz de minimizar ou sanar a debilidade?

4 - Confirmado se realmente a Autora possui debilidade permanente, tal debilidade entende-se como TOTAL (corpo inteiro) ou PARCIAL (limitada a um membro ou função)?

5 - Caso seja confirmado à debilidade da Autora como PARCIAL, tal debilidade é COMPLETA (inutilização do membro) ou INCOMPLETA (limitação funcional ou anatômica do membro)?

6 - Conforme o que versa a legislação, através do art. 3º, §1º, II da Lei 6.194/74, qual o grau da repercussão da debilidade da Autora?

Lei 6.194/74 - Art. 3º, §1º, II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

VI - DOS PEDIDOS

EX POSITIS, requer-se que este d. Julgador se digne a:



- I- ACOLHER a prejudicial de mérito para que seja a ação julgada improcedente com resolução do mérito, na forma do art. 487, parágrafo único do Código de Processo Civil, visto que o direito do autor de acionar a demandada judicialmente já estava prescrito no momento da propositura e distribuição da presente ação;
- II- Caso não entenda conforme acima, EXTINGUIR o processo sem resolução do mérito, comprovada existência de nulidade por defeito representação, nos termos do art. 485, IV do CPC;
- III- **JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE A AÇÃO**, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, em consonância com o disposto no art. 485, I e VI, do CPC/2015, **INDEFERINDO** a inicial, em razão da ausência de documento obrigatório e absoluta carência de suporte probatório, conforme art. 5º, §5, da Lei 6.194/74, uma vez que a apresentação de laudo pericial fornecido pelo Instituto Médico Legal é indispensável para a comprovação dos fatos alegados na exordial;
- IV- **JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE A AÇÃO**, tendo em vista que o valor pago administrativamente a título de indenização por invalidez está de total acordo com o disposto no art. 3º da Lei 6.194/74, não havendo qualquer determinação legal que justifique a complementação do valor da indenização securitária, tal fato ensejaria tão somente no enriquecimento sem causa da Autora;
- V- **INDEFERIR** o pedido de inversão do ônus da prova, tendo em vista que obrigação das seguradoras em pagar as indenizações do seguro DPVAT decorrem da lei, não existindo relação de consumo, devendo ser afastada tal hipótese de aplicação do Código de Defesa do Consumidor;



- VI- Subsidiariamente, caso este d. Juízo entenda ser devida a complementação do valor já pago administrativamente, o que, *concessa vênia*, se admite tão somente a título argumentativo, uma vez que tal medida não possui amparo na legislação pátria, requer-se que seja valorado o *quantum* a ser pago com especial atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como ao disposto na Súmula 474 do STJ, tendo em vista que o valor pretendido pela Autora é devido em casos de invalidez permanente inegavelmente mais graves que o caso em análise;
- VII- Requer-se, ainda, o **INDEFERIMENTO** do pedido de justiça gratuita, tendo em vista que a Autora optou por promover a presente ação com amparo de advogado particular quando poderia ter procurado a Defensoria Pública, o que destoa do comportamento de quem alega não possuir condições de arcar com custas processuais sem comprometer o seu próprio sustento. Se isto não ocorrer, requer seja a verba honorária fixada no mínimo legal e, ainda mantendo entendimento contrário a este, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação;
- VIII- Requer-se, no caso de eventual condenação, que a correção deve incidir a partir da data do evento danoso, nos moldes da Súmula 580/STJ, e juros de mora a partir da citação;
- IX- Sem prejuízo do ônus da prova, que é da Autora (art. 373, inciso I, do CPC), as Rés protestam pela produção de todos os meios de prova em Direito admitidos, notadamente prova pericial, juntada de novos documentos e principalmente pela oitiva de testemunhas em audiência, se acaso necessários ao deslinde da contenda (art. 369 do CPC).



Por fim, reitera o pedido de que todas as publicações dos atos processuais posteriores sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do advogado **WILSON SALES BELCHIOR**, inscrito na **OAB/RN sob o número 768-A**, sob pena de nulidade.

Os documentos que instruem a presente contestação são declarados pelos causídicos/signatários da Demandada como autênticos, tratando-se de cópias fidedignas dos respectivos originais, o que declaram sob as penas da lei e calçados no artigo 219 do Código Civil de 2002 e no artigo 424 (primeira parte) do CPC.

Termos em que espera deferimento.

Fortaleza/CE, 23 de setembro de 2020.

WILSON BELCHIOR

OAB/RN 768-A

